



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Ilha Solteira

Wellington Gonzaga Brandão

MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ilha Solteira
2020

Wellington Gonzaga Brandão

MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Ilha Solteira.

Prof. Dr. Harryson Júnio Lessa Gonçalves
Orientador

Prof.Dr. Ana Lúcia Braz Dias
Co-orientadora

Financiadora: CAPES

Ilha Solteira
2020

B817m Brandão, Wellington Gonzaga
Matemática na educação do campo / Wellington Gonzaga Brandão.
-- Ilha Solteira, 2020
107 f. : il., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira
Orientador: Harryson Júnio Lessa Gonçalves
Coorientadora: Ana Lúcia Braz Dias

1. Prática de ensino. 2. Educação matemática. 3. Experiência. 4.
Processos formativos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Engenharia, Ilha Solteira. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Wellington Gonzaga Brandão

Matemática na Educação do Campo

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Ilha Solteira.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Prof^o. Dr^o. Harrysson Junio Lessa Gonçalves

UNESP – Câmpus de Ilha Solteira

Orientador

Prof^a. Dr^a. Deise Aparecida Peralta

UNESP- Câmpus de Ilha Solteira

Prof. Dr. Wagner Barbosa de Lima Palanch

Universidade Cruzeiro do Sul

Ilha Solteira

18 de fevereiro de 2020

Dedico esse trabalho à comunidade São Joaquim e adjacências e à
todas as pessoas que incessantemente trabalham para que as
relações de herança da terra, herança cultural e herança
educacional sejam sempre no sentido de fazer com que a juventude
campesina se sinta dona de sua identidade, cidadã do mundo e que
encare a terra como patrimônio produtivo, de valor afetivo, de lazer e
de qualidade de vida para toda a família.

AGRADECIMENTOS

No desfecho das fases integrantes desse trabalho celebro as contribuições tangíveis, e gostaria que todos percebessem, que em algumas páginas estão as informações mais valiosas e analisadas deste trabalho. Quando tento reproduzir fielmente a minha experiência, busco exaltá-la com a esperança de que seja ciência útil para a academia. No entanto, um acontecimento maior, “a ciência da convivência”, pode ter muito mais utilidade humanística quanto acadêmica nesse momento, portanto quero montar um painel de agradecimento que me vem em mente com o nome de todas as entidades e pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho. Antecipadamente peço perdão para as que não estiverem sido citadas nessa lista, uma simples ausência de nome jamais apagará o suporte emocional, as doces palavras incentivadoras, a luta com o burocrático- que sozinho eu perderia, as informações e orientações que ilustraram as minhas laudas. Muitos fazem parte do resultado desta escalada neste momento importante da minha vida estampada ao longo de todos os capítulos e desculpem-me por deixar claro que mesmo abraçado aos amigos, em meu caminho tem de constar os meus passos. Mesmo com a grandiosidade que entendo a minha dissertação ela não é tão grande quanto meu coração, portanto o lugar de quem não está nesse papel está bem guardado.

Mas então vamos lá, nas alturas da gratidão!

O mais especial agradecimento vai para a UNESP que abraçou todo o processo de construção desse trabalho e constitui-se meu refúgio acadêmico, uma casa onde percebo o traçado do meu sucesso.

Conforme Portaria CAPES n. 206, de 4 de setembro de 2018: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. Desse modo quero fazer um agradecimento à CAPES que deu suporte financeiro e permitiu a minha integração como mundo acadêmico expandindo horizontes e primando pela qualidade.

Em especial, um agradecimento ao Professor Doutor Harryson Júnio Lessa Gonçalves meu querido orientador e conselheiro Mor, pela dedicação, amor, sabedoria, criatividade, perspicácia, paciência, nos momentos formais e informais,

ajudando-me a concretizar sonhos de reconhecimento acadêmico. Você é o grande mestre da minha vida acadêmica!

Agradeço imensamente a Professora Doutora Ana Lúcia Braz Diaz pelas valorosas contribuições que me fizeram ir por caminhos nunca imaginados e por adornar meus bastidores com um mar de possibilidades nobres, perfeitamente possíveis de serem integradoras dos acabamentos e desfechos desse trabalho.

Agradeço a Comissão Examinadora pelas sugestões dadas na Banca de Qualificação composta pela Profa. Dra. Liliane Santos de Camargos, Prof. Dr. Wagner Barbosa de Lima Palanch Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos que somaram relevantes contribuições.

Agradeço a todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos que sempre me atenderam com muita atenção e me orientaram nas questões administrativas e burocráticas.

Agradeço aos meus amigos de mestrado, a participação desde o primeiro momento, dividindo opiniões, experiências e compartilhando ideias que contribuíram para a construção desta dissertação.

Agradeço à FAISA, onde fora aberta a primeira estrada para que pudesse passar com meu sonho de ser Professor e em nome da entidade agradecer a todos os componentes desse time vencedor.

Agradeço com uma enorme gratidão, a generosidade e disponibilidade com que me trataram os amigos do GEPAC, onde grande parte do meu acervo pessoal de informações úteis foi originado e cujo convívio extremamente agradável está refletido dentro da minha dissertação.

Agradeço também ao NABISA (Núcleo afro-brasileiro e indígena de Ilha Solteira) que me acolheu e fez com que eu olhasse para mim mesmo e aumentasse a minha percepção da condição de afrodescendente como um motivo de orgulho e um pedido por perseverança da minha parte.

Agradeço a atenção e o carinho com que fui acolhido por toda comunidade da Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões a qual me apoiou oferecendo informações valiosas a respeito do tema que compõe a minha dissertação. As amizades que foram construídas a partir do convívio realizado no trabalho de campo, constituem fontes importantes de informações e apreço para toda vida.

Agradeço a presença em espírito, de minha querida mãe Maria Luiza (Dona Nenê) que não está entre nós, mas que asseguro com veemência, esteve presente em todas as minhas laudas em forma de lembranças dos ensinamentos compartilhados na condição de mãe e de um pai que nunca tive.

Agradeço o amparo de Deus nos bons e maus momentos.

Agradeço a minha querida esposa sempre presente em todos os momentos ajudando a perseverar e contribuindo para a realização dos meus projetos de vida com carinho, compreensão e disponibilidade, compartilhando seu tempo entre os diversos afazeres domésticos e o companheirismo incondicional para viver meu sonho melhor que eu.

Agradeço ao meu querido filho Kennyngton Pinheiro Gonzaga Brandão que foi o professor na minha primeira lição do ato de ser pai e se na avaliação da apreensão desse conteúdo até agora ainda não tirei dez, espero ter tempo para recuperação.

Agradeço a minha querida filha Jennifer Pinheiro Gonzaga Brandão, que sempre foi um exemplo de superação e perseverança, desenha o sorriso e a alegria como ninguém, sempre estarei à disposição como pai e conselheiro. Obrigado pela compreensão quando tirei dos nossos momentos um tempo para estudar.

Agradeço a minha querida filha Maria Luiza Pinheiro Gonzaga Brandão por ouvir meus conselhos na hora certa, pela presença e pela compreensão por causa das minhas ausências, que fizeram falta.

Agradeço ao meu querido filho Wellington Pinheiro Gonzaga Brandão por estar sempre presente e querendo ajudar, literalmente minha sombra quando estou por perto, sempre perguntando, respondendo e querendo deixar sua marca.

Agradeço ao meu querido netinho Edward Lemos Brandão por existir e mesmo de longe está esculpindo com o martelinho de saudade o sonho de um futuro melhor.

Agradeço as minhas amadas irmãs, pelo carinho, dedicação, amor e atenção, obrigado por sempre acompanharem a minha trajetória e mesmo de longe torcerem pelo meu sucesso.

Agradeço aos alunos e alunas, que são importantes atores desse trabalho, pelo acolhimento caloroso e as demonstrações de carinho no decorrer de toda a pesquisa.

Agradeço aos meus amigos que estão por aí e aos que já se foram, por beberem comigo algumas doses de “vinho acadêmico” e por estarem presentes em assuntos que jamais imaginariam estar. Estudaram comigo sem saber e deram opiniões sem nem ao menos imaginar o que eu queria saber.

Agradeço à cada um que contribuiu com esse trabalho, deixo a gratidão em forma de um abraço caloroso e apertado. A vocês ofereço a imagem do meu coração sorrindo e um suspiro de dever cumprido.



A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 2011).

Paulo Freire, Patrono da educação Brasileira

RESUMO

Um fluxo epistemológico proporcionado pela trajetória da minha experiência como professor e assentado é utilizado nessa pesquisa como elemento facilitador e agregador de valores na construção da investigação; bem como na exploração pedagógica da matemática, enquanto propulsora na/da Educação do Campo – em especial em questões identitárias voltadas para juventude moradora da propriedade rural e no possível embate com o êxodo rural. A intenção não é agenciar pessoas do campo e falar por elas, mas sim pesquisar como suas ações, enquanto subalternas, estão atreladas e reflete a prática cotidiana campesina e, ainda, observar como essas ações podem reforçar o apreço pela própria identidade - para tal processo utilizarei da minha própria experiência (experiência autobiográfica) como professor de uma escola do campo. Assim, tem-se o seguinte objetivo geral: construir narrativas, a partir das minhas experiências, que evidencie o papel da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola de Educação do/no Campo em relação ao fortalecimento de questões identitárias e o possível embate com o êxodo rural. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: (i) Identificar, a partir da minha experiência pessoal e docente, elementos matemáticos que permeiam o cotidiano da pessoa do campo e que possam ser tratados no cotidiano escolar; (ii) Identificar experiências relativas à minha atuação docente na educação do campo. No trabalho será mapeado aspectos conceituais e históricos da educação do campo e da matemática, bem como outros elementos de direitos humanos contemporâneos que regem esse contexto educacional. Com base na experiência do investigador - professor da Educação do Campo - serão construídas narrativas no formato de ensaios. O local de realização desse trabalho será uma escola municipal do interior de Mato Grosso do Sul que atende assentamentos diversos. Nessa escola é disponibilizado ensino para as pessoas do campo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio - contando ainda com a Educação de Jovens e Adultos. As primeiras explorações asseguram se tratar de um ambiente propício para esse trabalho, visto que as pessoas envolvidas no ato educativo estão em perfeita consonância no que diz respeito a levar em consideração a situação dos(as) educandos(as) enquanto moradores da área rural e enfrentadores de vários desafios para estudar e que, acima de tudo, carregam consigo os efeitos resultantes desse embate cotidiano.

Palavras-chave: Ensino. Educação matemática. Experiência. Processos formativos.

ABSTRACT

An epistemological flow provided by the trajectory of my experience as a teacher and field settled is used in this research as a facilitator and value aggregator in the construction of research; as well as in the pedagogical exploration of mathematics, as a propellant in the field education - especially in identity issues directed to the rural dwelling youth and the possible clash with the rural exodus. The intention is not to manage rural people and speak for them, but to research how their actions, as subordinates, are linked and reflects the peasants' daily practice and also to observe how these actions can reinforce the appreciation for their own identity - for such a process. I will use my own experience (autobiographical experience) as a teacher in a country school. Thus, we have the following general objective: to build narratives, based on my experiences, that highlight the role of mathematics in the early years of elementary school in a field school in relation to the strengthening of identity issues and the possible clash with the rural exodus. To this end, the following specific objectives were outlined: (i) to identify, from my personal and teaching experience, mathematical elements that permeate the daily life of the rural people and that can be treated in the school daily life; (ii) to identify experiences related to my teaching performance in field education. This work will map conceptual and historical aspects of field education and mathematics, as well as other contemporary human rights elements that govern this educational context. Based on the experience of the researcher - Rural Education teacher - narratives will be constructed in the format of essays. The place of this work will be a municipal school in the interior of Mato Grosso do Sul that serves various settlements. This school provides education for rural people from kindergarten through high school - with Youth and Adult Education. The first explorations assure that it is a favorable environment for this work since the people involved in the educational act are in perfect agreement with regard to taking into account the situation of the students as residents of the rural area and they face many challenges to study and, above all, carry with them the effects of this daily struggle.

Keywords: Teaching. Mathematics education. Experience. Formative processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Prédio da antiga sede da Fazenda São Joaquim que foi cedido para o funcionamento da escola e que hoje é o alojamento dos professores e demais funcionários que precisem de acomodações.....	36
Figura 2	- Prédio da atual escola que foi inaugurado em 2015 e ampliada em 2018, com ampla estrutura para atender a todos os níveis de ensino.....	36
Figura 3	- Foto 1: -Faixa de divulgação da reunião para discussões sobre o PPP. Foto:2- Discentes, docentes, gestão, funcionários administrativos e comunidade reunidos para elaborar o PPP da Escola Municipal Rural São Joaquim P.E.	38
Figura 4	- Alunos e alunas fazendo canteiros sob medida com espaçamento medido entre mudas e estrutura de irrigação calculada.....	89
Figura 5	- Alunos e alunas fazendo triagem da produção, colheita, pesagem e disponibilização para merenda local.....	90
Figura 6	- Alunos e alunas realizando contagem e medição de sementes, de substrato e da bandeja de mudas.....	91
Figura 7	- Alunos e alunas montando gotejamento com reaproveitamento de garrafas pet com medição de espaçamento.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Acar	Associação de Crédito e Assistência Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CTG	China Three Gorges
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMR	Escola municipal Rural
ENEM	Encontro Nacional de Educação Matemática
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAISA	Faculdade de Ilha Solteira
FIES	Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEPAC	Grupo de Pesquisa em Currículo: Estudos, Práticas e Avaliação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior

IFMS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NABISA	Núcleo Afro-Brasileiro e Indígena de Ilha Solteira
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNSE	Programa Nacional de Saúde do Escolar
PNTE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
Procampo	Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para todos
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBER	Sociedade Brasileira de Educação Rural
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPEM	Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SSR	Serviço Social Rural
TVT	Terra, Vida e Trabalho

TC	Tempo Comunidade
TE	Tempo Escola
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	POR QUE USAR EXPERIÊNCIAS PARA ABORDAR EDUCAÇÃO DO CAMPO?.....	20
1.2	ENSINO E PROCESSOS FORMATIVOS MODELAM A ESSÊNCIA DE PESQUISADOR.....	23
2	DA ORGANICIDADE À SISTEMATIZAÇÃO EDUCATIVA: UMA JUNÇÃO DA ESSÊNCIA IDENTITÁRIA, DA QUALIDADE E DOS DIREITOS.....	31
2.1	A BUSCA DA QUALIDADE FORMATIVA PARA COMPOR A IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	31
2.2	PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO: histórico e ideologia educacional da escola.....	33
2.3	QUEM É ESSA PESSOA QUE PODE TER SEUS IDEAIS ENRIQUECIDOS COM O APOIO DA MATEMÁTICA?.....	38
2.4	CONSTATANDO NEGATIVISMO RURAL.....	41
2.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	44
3	MOMENTOS HISTÓRICOS DO PASSADO QUE INSPIRAM AS LUTAS CAMPESINAS DE HOJE.....	46
3.1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO.....	53
4	CONCEITUAÇÃO HISTÓRICO-PEDAGÓGICA E PARÂMETROS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	55
4.1	A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS....	56
4.2	A EDUCAÇÃO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	62
4.3	MARCOS NORMATIVOS ATUAIS QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	69
4.4	PANORAMA HISTÓRICO DA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA EDUCATIVA DO CAMPO BASEADA NO MODELO IMPORTADO.....	72
4.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	75

5	A SATISFAÇÃO DE TER A MATEMÁTICA COMO PANO DE FUNDO PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	76
5.1	PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ETNOMATEMÁTICA..	78
5.2	A MATEMÁTICA CONTEXTUALIZADA NO “TERREIRO” DA ESCOLA.....	83
5.3	A PRÁTICA, A TEORIA E OS EIXOS TEMÁTICOS INTENCIONALMENTE PREPARADOS PARA A JUVENTUDE CAMPESINA.....	92
5.4	AS POSSIBILIDADES DA MATEMÁTICA EM NOVOS PROJETOS.....	94
5.5	A INTERFACE ENTRE MATEMÁTICA E QUESTÕES IDENTITÁRIAS	96
5.6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros passos dados em sonhos vêm reforçando rastros eternos de possibilidades para a posteridade, dentro do mar de esperança que se tornou o Mestrado em Ensino e Processos Formativos. Deste contexto emergiu essa pesquisa perpassando pela minha formação pessoal, pela qualidade do lugar de fala acadêmico e pela necessidade de se repensar uma (re)educação do campo. Com a posse desse ensino revolucionário em que mergulhei, a proposta mais nobre é pelo menos lutar para afastar da boca da sociedade o gosto amargo da impertinência que brota da importante e quase desconhecida função social que tem a pessoa do campo. A relação de parte da sociedade com a pessoa do campo não condiz com uma mesa farta que a roça proporciona, nessa relação descompensada surge um oprimido lutando por um lugar ao sol. Segundo Freire (2005) há a possibilidade de que pessoas passam querer terra e progresso financeiro por meio de reforma agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ser patrões opressores. Nesse prisma de adversidade tão antigo vale a pena aprofundar-se na episteme dos etnosaberes rurais para elencar os elementos que trabalham a favor de uma educação do campo libertadora (em seu sentido freireano¹).

A presente pesquisa endossa a harmonia de pensar uma educação do campo que vise uma reafirmação identitária e que ao mesmo busque uma aceitação dos demais segmentos da sociedade, harmonia há também no fato de sistematizar a matemática em prol de todas as ações que compõem a vida campesina e ousar dizer que a matemática é visceral no cotidiano rural, de onde se vê uma significância e intencionalidade amparada, tão almejada em outras instâncias, a serviço de um progresso operacional e de potencial cognitivo e motivacional invejáveis.

O êxodo rural é um fenômeno sorrateiro e tão mortal quanto a privação de direitos que vive a pessoa do campo, por um lado observa-se um interesse da pessoa da cidade na permanência da pessoa do campo no campo, enquanto produtores da comida que põem na mesa, em contrapartida não se vê nenhuma manifestação

¹ No livro "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire (2005) explica a importância e necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória do oprimido, em oposição à pedagogia da classe dominante, que contribua para a sua libertação e sua transformação em sujeito cognoscente e autor da sua própria história através da práxis enquanto unificação entre ação e reflexão. Basicamente essa Pedagogia caracteriza-se por um movimento de liberdade que surge a partir dos oprimidos, realizada e concretizada com o povo lutando pela sua humanidade.

significativa para que essa pessoa tenha o prazer de permanecer no campo produzindo e progredindo para o bem da humanidade. Há uma distância abissal entre a pessoa do campo que produz e o seu produto, ou seja, exalta-se o produto e esquecem da pessoa que o produz. Não podemos entrar nesse dualismo antagônico de preferências sem ter em mente um arcabouço humanitário de elementos conscientizadores. Nunca e nem nada vai abalar as velhas rígidas estruturas que sustentam o preconceito contra a pessoa do campo, se não fizermos um aparato bélico/ideológico para implantar uma educação que favoreça a vida camponesa em pé de equidade com todas as camadas da sociedade.

Nunca pensei em pesquisar a matemática na educação do campo sem antes falar da realidade campesina, dos direitos das pessoas do campo e da minha formação que é o ponto de partida para adquirir qualidade e cacife para participar desse jogo e poder falar disso tudo de um patamar qualitativo. A educação do campo pode e deve alterar esse cenário, portanto a matemática pensada como uma das disciplinas mais presente no campo entra no âmbito dessa investigação como um componente de trabalho em que repousa a esperança de se conseguir um reconhecimento amplo para esse segmento. A prática assentada no seio dessa escola rural em questão é esmiuçada com o intuito de encontrar evidências dessa participação especial, que os ensinamentos próprios de quem mora e trabalha no campo, têm na vida, no cenário ambiental e na realidade da pessoa do campo. Dada a importância do campo na vida da sociedade mundial, parece que é um absurdo estar realizando esse estudo em um lugar que tem tudo para ter todos esses objetivos, que estão traçados aqui como elementos de luta, já alcançados e apenas administrados com sabedoria.

A realidade do campo deveria estar entranhada na pessoa do campo como parte integrante do corpo, uma extensão de seus sonhos cotidianos e não sendo garimpada exaustivamente para ser restaurada, devolvida e agregada em forma de direitos. Por esta razão é que existe neste texto um enredo detalhado das condições em que vivem as pessoas do campo desde o momento em que tive o primeiro contato com o preconceito sofrido por elas, até chegar as vias de fato corroborada pela matemática praticada nessa escola rural em questão e pelas possibilidades que surgem amparadas nas ações motivacionais já detectadas nesse contexto. Uma comparação entre as décadas de 70 e os dias atuais reforçam a minha autobiografia enquanto parte constituinte desse trabalho. Os que navegarem pelos meus olhares

poderão entender o motivo desse aparato inicial, com quanta experiência construí essas concepções identitárias e educacionais.

Toda sorte de empecilhos e desafios podem aparecer no caminho de quem luta por uma educação do campo libertadora e, mais ainda, em um contexto orquestrado por um governo que não oferece qualquer resquício de esperança de dias melhores. As políticas públicas que favorecem a educação e o trabalho rural deu um salto negativo que nos fez voltar ao tempo do militarismo e uma música em forma de protesto composta naquela época foi utilizada para traçar um paralelo entre esses dois cenários. Trabalho e educação não são dissociados na realidade rural, fazem sim uma relação de dependência atrelados aos aspectos de identidade, um conflito constante entre o que a pessoa do campo é e o que o restante da sociedade pensa que ela é. Esse conflito pode desencadear ou não um apreço pela própria cultura e jeito de ser em consonância com progresso financeiro, o progresso produtivo da pessoa do campo está intimamente ligado ao padrão de vida adquirido com o dinheiro ganho na propriedade rural. A apreensão do conhecimento é engrenagem importante desse progresso, quanto mais a pessoa do campo aprende mais a relação com todos os outros elementos que compõem a realidade rural melhoram, inclusive a autoestima. Quanto a permanência nesse contexto, penso que ficar no campo depende muito dos efeitos causados pelos aspectos acima citados, gosta muito do campo quem percebe que está em um patamar que deixa a sua relação com a cidade em pé de igualdade para poder exaltar o seu lugar. Poder falar e falar bem depende do aparato motivador que compõe o lugar de fala.

1.1 POR QUE USAR EXPERIÊNCIAS PARA ABORDAR EDUCAÇÃO DO CAMPO?

No meu trajeto formativo como professor muitas foram as construções em prol de uma boa práxis educativa e no mergulho dentro da educação do campo se deu uma contínua formação muito mais abrangente, pois no tempo escolar com os encontros com o outro observou-se a simultaneidade entre a teoria e a prática toda moldada pelos ensinamentos sistematizados das disciplinas e da prática rural, esta última sempre amparada pela matemática presente em quase todos os afazeres camponeses. Dentro desse trajeto quero deixar claro que faltam alguns tijolos a menos, mas quero expressar que sou um professor inconcluso, ainda estou em construção e a acredito que esta obra não tem hora para acabar, falta bastante material de

construção(experiência) para chegar, então há motivos de sobra para escrever e lecionar. Ouso dizer que nas várias situações com as quais me deparei, vislumbrei possibilidades além das minhas expectativas de professor assentado, nas ações percebidas como abraçadas pela matemática, a saber: o reforço das questões identitárias e o combate ao êxodo rural, gradativamente foram se envolvendo com uma questão antiga da mitificação da educação matemática, naquela recorrente ideia do monstro, da disciplina abominada pela maior parte do corpo discente. A matemática do seio da terra se apresentou com a sutileza de pulsar uma matemática que nem parece ser matemática e que passeia amigavelmente de mãos dadas com a pessoa do campo. Esse terceiro aspecto, mesmo sendo uma descoberta importante, não tramitará pelas pautas dos relatos autobiográficos contidos nesse trabalho, mas serve como uma inspiração ímpar nesse processo. Quanto a explicação do poder da ação educativa do coletivo, vale salientar que:

Tratando-se de um campo relativamente novo, um exame de conjunto quanto ao que se tem produzido mostra-se importante, uma vez que é mediante a explicitação das potencialidades das abordagens autobiográficas e do exame de seus limites que se pode discutir e ponderar sobre a relevância de seu emprego com os diferentes grupos focalizados.(BUENO, 2002, p. 21)

A autobiografia revelou-se um agente facilitador a ser utilizado para compreender a relação entre o que é praticado no tempo escolar, o que é praticado na esfera social do tempo comunidade e o que é praticado no tempo individual pelo corpo discente e docente. Há uma legitimação de integrar dentro da sala de aula ruralidades diversas das pessoas envolvidas, processos normativos da instituição e as práticas didático/pedagógicas. As individualidades que compõem as mediações sociais envolvidas contribuem sensivelmente para a elaboração de uma trajetória repleta de experiências para compor esse trabalho, podendo até responder as críticas de suposta insuficiência teórico/científica, já que existe a constatação que:

A subjetividade constitui dentro desse quadro uma via de acesso não linear ao conhecimento científico do sistema social, o que não se faz sem uma invenção de estratégias e métodos. O valor heurístico do método biográfico torna-se então legítimo, não apenas em decorrência deste caráter específico da narrativa, mas, também, porque a biografia é uma micro-relação social. Aquele que narra sua história de vida sempre narra para alguém. (BUENO, 2002, p. 20)

O interesse em pesquisar matemática na Educação do Campo começou a ser delineado no estudo das disciplinas “Tendência em Educação Matemática” e

“Pesquisa em Ensino” ambas cursadas enquanto aluno especial do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos interunidades da UNESP. Passou a ser um sonho acadêmico usar a minha experiência, enquanto professor e morador de um assentamento, a serviço de traçar uma trajetória idealizada no intuito de investigar e retratar o universo educacional do campo, modelado pela matemática num cenário de sutil criticidade investigativa. Além disso, busca-se no viés humanístico a possibilidade da produção de um material fidedigno por buscar comprovação de êxito ou detectar possíveis falhas com a detalhada exploração das experiências vivenciadas por mim como mediador deste processo, pelo alunado e pela comunidade campesina.

A literatura nos fornece amplo material para estudos relacionados a pesquisa, dentre estes está o livro “Métodos e técnicas de Pesquisa Social” de Antônio Carlos Gil de 2008, que apresenta um apreciável conteúdo sobre a complexidade do mundo das pesquisas de uma forma acessível e imediata, mas que apresenta também um elevado e completo nível técnico, confirmando a definição citada na apresentação da obra: “manual de procedimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas”. Ouso dizer que essa obra, com vistas voltadas para a minha realidade de explorador nesse campo, veio suprir as necessidades de um compêndio desse nível como companheiro inseparável. Por outro lado, as disciplinas cursadas e desenvolvida com bases consistentes foram, ao longo do curso, usualmente preenchendo todas as lacunas do passado em relação as pesquisas. Espero que a autobiografia presente nesse trabalho evidencie a contribuição dos modelos apresentados, na minha formação como pesquisador e na elaboração do um projeto de pesquisa. Sem me esquecer dos fatores que incorporados a simplicidade analítica conjunta dos nossos encontros, me levaram a descobrir algumas possíveis soluções para os conflitos pessoais até então preocupantes. A apropriação dos conceitos apresentados pela disciplina proporciona o agir com propriedade para produzir um trabalho crítico e realista que busca extrair o máximo de informações das interações sociais intencionalmente construídas e observadas.

1.2 ENSINO E PROCESSOS FORMATIVOS MODELAM A ESSÊNCIA DE PESQUISADOR

Quando comecei a cursar a disciplina “Pesquisa em Ensino” existiam alguns empecilhos que insistiam em desviar-me do caminho correto dentro do campo da pesquisa, algumas ideias errôneas que me deixavam muito distante de alcançar o êxito em um projeto de pesquisa. Dentre elas posso citar que eu, particularmente, tinha dúvidas se a proximidade, afinidade e amizade com pessoas envolvidas com o objeto a ser pesquisado, pudesse ou não ser um importante agente facilitador para meu desempenho, mas no desenrolar dos estudos – muito bem conduzidos pelos professores- consegui me desvencilhar desse peso. Entendi, por fim, que a condição de estrangeiro em relação ao objeto de pesquisa poderia agregar uma pureza na apuração e tratamento dos dados dando credibilidade e excelência à toda interação social envolta no desejo investigativo e a proximidade bem administrada com ética em nada prejudicaria a pesquisa. Um alívio tomou conta deste pesquisador que vos escreve, pois além de estar no caminho certo, ainda conto com um ambiente onde se encerra o meu objeto de pesquisa, como sendo propício e instigante para o desenvolvimento de um trabalho profícuo.

Quanto a metodologia da autobiografia utilizada, defino meu entendimento categoricamente como sendo um caminho orgânico que leva ao acadêmico, mas posso dizer que de posse do conhecimento apreendido durante as disciplinas pude, enfim, mergulhar de cabeça no projeto de pesquisa, é simplesmente uma constatação da eficiente abordagem concedida gentilmente e com maestria por todos os professores e colegas da pós-graduação. Na utilização do termo qualitativa a intenção é confirmar que tudo é desenvolvido dentro de um compartilhamento denso com pessoas, fatos e espaços que são constituintes do objeto de pesquisa e dessa interação agir com uma percepção sensível para extrair os significados visíveis e latentes. (CHIZZOTTI, 2006, p. 28).

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas

desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (GIL, 2008, p. 14)

A convicção fundamental do meu pensamento, anterior ao conhecimento dos pormenores sobre a pesquisa científica, deu lugar a uma certeza de ações criativas e respaldadas pelo agir imaginativo. Um “fazer” constituído de desenvoltura que me fez ver o quão importante é atrelar toda a minha trajetória formativa em prol de uma abordagem que seja inspirada em uma etnometodologia observacional. Estas ações são para garantir que a minha estadia com o objeto de pesquisa se dê em um ambiente regado a espontaneidade amigável, já que influenciada pela fenomenologia procura analisar as crenças e os comportamentos do senso comum enquanto elementos necessários a todo comportamento social organizado. Essa volta à experiência propõem uma proximidade maior das realidades correntes da vida social e uma adaptação das ações que compõem a pesquisa. (GIL, 2008). No que diz respeito ao contato com o objeto de pesquisa, em uma outra inspiração requer explicar que:

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. Tanto é que em Psicologia os procedimentos de observação são frequentemente estudados como próximos aos procedimentos experimentais. Nestes casos, o método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu. (GIL, 2008, p. 23)

Vale salientar que quando foi se afunilando o campo investigativo do trabalho idealizado, ao mergulhar nos estudos do universo da matemática, totalmente adaptada a realidade da Educação do Campo, abriu-se um leque de possibilidades mediante as observações feitas no local do objeto de pesquisa. Para chegar a esse patamar de definição e posterior elaboração de um projeto eficaz e inovador uma relação empírica com esse ambiente foi de suma importância. A Escola Municipal Rural são Joaquim Polo e Extensões constitui-se terreno fértil para a obtenção de todos os dados e análises. Sendo este um lugar de ocorrências que possibilitarão pesquisar a situação atual das implantações de propostas de ensino que colocadas em prática – num ambiente rural de aprendizagem –possam produzir uma formação

que culmine com a melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras. Consequentemente com o progresso profissional, produtivo e financeiro.

[...] pode ver-se o trabalho como um princípio básico que forma a personalidade, como meio de criar a pessoa com aptidões coletivas, formar e desenvolver nela uma série de aptidões sociais e hábitos. [...] O trabalho será então um solo básico, no qual organicamente crescerá todo trabalho educativo-formativo da escola, como um todo único e inseparável. (PISTRAK, 2009, p. 216-217)

Levando em conta a abordagem interdisciplinar, essa experiência além de observar a utilização de tempo/espço alternativo moldado pela matemática e explorar a diversidade de saberes, pode também observar e pontuar ações voltadas para agroecologia sustentável, sintropia, produção orgânica, permacultura e questões ambientais. A partir delas, é que devemos desenvolver e construir um conhecimento agroecológico dialógico, uma ciência intercultural que seja ferramenta da construção de agrossistemas sustentáveis a serviço das comunidades rurais e da sociedade como um todo (MAZZETO, 2013).

Desde o primeiro contato com o universo acadêmico foi possível apreender elementos necessários para satisfazer uma trajetória evolutiva no ambiente de pesquisa e estabelecer uma conexão com a inquietação inicial que deu a largada para a elaboração dessa dissertação. Desvendar as diversas variantes do arcabouço da educação do campo, por si só torna a pesquisa muito interessante e proveitosa, mas a constatação antecipada de que é possível extrair dessa ação um modelo perfeitamente aplicável à diversidade cultural em outras localidades espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, promove uma empolgação ímpar.

Ao se entender “diversidade cultural” como o reconhecimento de si e do outro enquanto sujeitos possuidores de características físicas, sociais, pessoais e culturais que lhes são próprias e que devem desenvolver atitudes éticas em suas relações sociais, se corrobora sua complexidade conceitual, uma vez que a dificuldade não está em aceitar o que é diverso, mas sim em acatar as diferenças enquanto desigualdades. (MONTEIRO; PERALTA; GONÇALVES, 2014, p. 3)

O contato com uma realidade diferente da minha fez aflorar uma motivação que torna muito mais envolvente e prazeroso o ensino por meio de projetos integradores. Os conteúdos abordados pelos atores educacionais e a diversidade existente entre corpo docente, corpo discente e comunidade rural, sem sombra de dúvidas serviu

para alavancar o aprimoramento das minhas atitudes enquanto pesquisador e efetivamente agregar propriedade a minha trajetória formativa.

Abordar a formação de professores significa refletir sobre sua atuação e, neste caso, adentrar no universo da escola e em outros grupos sociais como, por exemplo, a família, pois ao nascer o sujeito é imediatamente nela inserido e, por ser um grupo preexistente ao nascimento, dele se recebe a primeira influência cultural – costumes, valores, atitudes, etc (MONTEIRO, 2013, p. 20).

Realizar uma abordagem crítica ponderada de fundamentos teóricos-metodológicos concomitantes com as relações de todo esse processo com a participação do alunado e da comunidade rural foi de suma importância para produzir esclarecimentos pertinentes.

Nesse sentido, proponho para a presente investigação o seguinte objetivo geral: *construir narrativas, a partir das minhas experiências autobiográficas, que evidencie a matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola de Educação do/no Campo em relação ao fortalecimento de questões identitárias e situações de oposição ao êxodo rural.*

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, a partir da minha experiência pessoal e docente, elementos matemáticos que permeiam o cotidiano da pessoa do campo e que possam ser tratados no cotidiano escolar;
- Identificar experiências relativas à minha atuação docente na educação do campo.

Apoiado nas reflexões de Bondía tracei uma abordagem das minhas experiências educativas por meio do par experiência/sentido, onde o que se passa comigo produz uma reflexão acerca de todas as possibilidades de êxito nos objetivos do meu trabalho, sempre entendendo que:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (BONDÍA, 2002, p. 21).

Dentro desse contexto contemporâneo de uma explosão de informações, torna-se imperativo a construção de uma memória que aproveite toda a experiência vivida, para isso é necessário em primeiro lugar esclarecer um dado importante que se deve saber “sobre a experiência é que é necessário separá-la da informação” e que sobre “o saber de experiência é que é necessário separá-lo de saber coisas, tal como se sabe quando se tem informação sobre as coisas, quando se está informado”. (BONDÍA, 2002, p. 22).

Para obedecer a prática do realismo, a construção do trabalho está caracterizada a partir do gênero textual “ensaio acadêmico” que entra como uma proposta teorizada sobre a investigação do tema que provoca o movimento da pesquisa. A tendência é expor minhas opiniões, mas com um aporte teórico de estudiosos da área, nessa perspectiva, o ensaio proporcionou um espaço fértil para poder agir com a minha subjetividade endossada pelo bom senso de teorizar e se fazer entender nos meandros do enredo textual. Além de proporcionar uma flexibilização o uso do “eu” traz uma consequente contemporaneidade de se estar escrevendo para o presente e todas as evidências que me é apresentada são derivadas de minhas concepções de espaço, tempo escolar e das ações pedagógicas juntamente com todos os seus conflitos e benesses.

Uma bela explanação sobre ensaio saiu da fala de Jorge Larrosa Bondía, na palestra de encerramento no “Seminário Internacional Michel Foucault: perspectivas, realizado em Florianópolis, em setembro de 2004, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)” e que faz parte do texto lançado no primeiro semestre do mesmo ano pela revista Educação e Realidade, onde o mesmo a definiu como libertadora ou libertária e inspirada nas leituras de Michel Foucault e Montaigne, para tanto ele afirmou que:

É sabido que o ensaio é considerado como um híbrido entre a filosofia e a literatura. Sua vontade de verdade o habilita como filosófico, e a sua vontade de estilo, como literário. Entretanto, no ensaio, tanto a verdade como o estilo são inseparáveis do sujeito e são inseparáveis da vida, da invenção e da experimentação de possibilidades de vida, de formas de vida, de estilos de vida. Mas é aí que aparecem os problemas. No ensaio moderno, precisamente por sua vontade de autoria, o estilo expressa, ao mesmo tempo, a experiência de um sujeito e a construção de um mundo. No ensaio moderno, o estilo é o homem, ou o autor, ou o sujeito. O estilo é a marca da subjetividade na linguagem. E na verdade. (BONDÍA, 2004, p. 40)

Mais adiante ele ameniza esses possíveis problemas ao dizer que em Foulcault as coisas são expressadas de um prisma diferente e esses problemas desaparecem

ao afirmar que a junção da escrita pensante e da escrita do pensamento não está ligada apenas as expressões e sim a um espaço de pensamento e reflexão enigmática, ele faz da literatura uma verdade e da filosofia uma ficção. Bondía afirma que:

Em Foucault, o pensamento se faz escrita, se pensa como escrita e, no limite, se dissolve em escrita. E é justamente ao dissolver-se como escrita que ele se abre para a sua própria transformação, para seu próprio ensaio. Em Foucault, ensaiar seria uma experiência simultânea de escrita e pensamento, uma experiência na qual se decidiria o que nos é dado dizer e o que nos é dado pensar, ao mesmo tempo, no presente, na primeira pessoa. (BONDIA, 2004, p. 41)

Apesar de ter como base diversos acontecimentos de obreiros diferentes e alheios a minha subjetividade ideológica, a verdade que trato nesse trabalho não é de fora de mim, é conteúdo da minha vida e de subjetividade que se faz verdadeira a medida que vivo essa realidade, Bondia (2004) diz que “O ensaísta sempre escreve e pensa sobre si mesmo e a partir de si mesmo” e enfatiza ainda que “O valor de sua escrita e de seu pensamento não se apoia em nada exterior, em nenhuma autoridade, em nenhuma convenção”.

Após essas explicações introdutórias sobre objetivos, métodos e justificativas do uso das experiências, passo a expor a estrutura deste trabalho que obedece a uma ordem de execução por capítulos que são apresentados a seguir.

Capítulo 2

Neste capítulo apresento uma reflexão sobre a minha trajetória formativa e o montante de experiências faz da organicidade um elemento necessário para atingir uma boa qualidade formativa e uma boa qualidade da prática educacional, ambas trabalhando a favor de alcançar os objetivos gerais desse trabalho que são a reafirmação da identidade camponesa e um pretendo posicionamento de enfrentamento do êxodo rural. A importância de compor a minha própria identidade para ajudar o outro é um elemento de excelência em prol do coletivo, explicitar quem é a pessoa que se beneficiará dessas aquisições humanitárias é também uma maneira de espantar o negativismo rural, é um jogo aberto de exposição mútua e coletiva.

Capítulo 3

A saga de fazer uma comparação para protestar, está para este trabalho assim como está a experiência para os projetos rurais, carregados de espontaneidade e motivação reflexiva, pois tem de se pensar em fazer com calma e com sutileza. A mensagem diz respeito ao medo de se voltar os sofrimentos do passado e retroceder ao ponto de degradação outrora experimentado de forma negativa. O resgate da importância da ciência pelo iluminismo e o inteligente protesto incutido na música Capim Guiné nos dá um panorama do que se pode fazer para resgatar a importância do trabalho e da educação do campo para o povo campestre, são momentos inspiradores de resistência que servem para toda a vida. Toda a ansiedade se confunde entre o medo de que se repita o sofrimento do passado e a torcida para que tudo fique apenas na sensação de medo e que os menos favorecidos e o setor educacional não fiquem a mercê de ações escusas.

Capítulo 4

Neste capítulo, a conceituação histórico pedagógica nos coloca em contato com o corpo da Educação do Campo, com suas mazelas, suas falhas e a evolução, mesmo que a passos lentos. Sente-se o drama do pouco conseguido com a luta ferrenha travada com a sociedade excludente e com o aparato governamental indiferente. As leis moldam os acontecimentos, mas não moldam os sonhos e os marcos normativos nos mostra a cara do sistema e seus elementos que fazem fluir sob medida uma vontade que não tem tamanho. O ideal de redemocratização que floresceu após a constituição de 88 alavancou uma educação também internacionalizada com objetivos técnicos e que valorizava a educação profissional para formar uma nação pronta para as necessidades capitalistas e vemos todas as forças nacionais tecnológicas e humanas sendo sugadas por organismos internacionais. Mas o caminho também se fez de ganho e de respostas, e isso nos motiva a produzir as perguntas e fazer conscientemente o que o alunado gosta. Uma educação do campo tem história originada na educação brasileira e essa, em grande parte, é a favor da vida campestre exatamente como foi feita para ser.

Capítulo 5

Vamos tratar da matemática neste capítulo seguindo a construção do conhecimento por quem a utiliza, é uma leitura de mundo compensatória onde todos

se encaixam com suas vontades e ideias diferentes. O panorama geral propõe uma redescoberta da matemática que vem do campo com suas cognições e conhecimentos, essa cultura em sua organicidade talvez possa se aproximar do entendimento de satisfação proporcionado pela leitura deste texto. Exatamente no seio da escola está o tesouro a ser lapidado, tudo está bem próximo das mãos que aprendem e ensinam e nada está preso a uma só ação, o coletivo está na expressão de produzir as ações, tantas quantas forem necessárias para reforçar a identidade campesina e fixar a pessoa do campo no campo, construindo um lugar melhor para se viver e vivendo bem para construir. Tudo o que o campo produz vira bandeira de luta e a matemática se constitui elemento determinante nesse processo. Dentre os projetos desenvolvidos e em análise para posterior desenvolvimento a matemática entra como agente facilitador e necessário para alcance do sucesso, essa ligação demonstra ser muito eficiente nesse sentido, o caminho a ser traçado se faz com trabalho, atitude e prosseguimento do dinamismo peculiar dos povos rurais.

2 DA ORGANICIDADE À SISTEMATIZAÇÃO EDUCATIVA: UMA JUNÇÃO DA ESSÊNCIA IDENTITÁRIA, DA QUALIDADE E DOS DIREITOS

A autobiografia construída com minhas experiências está nesse capítulo se desdobrando entre ser um instrumento de pesquisa em Educação do Campo e com o conteúdo produzido ser um compêndio que possa colaborar com o processo de construção do futuro das pessoas envolvidas e dos pesquisadores que porventura venham pesquisar a minha produção. Nesse capítulo está explícito como se dá a transformação da organicidade das minhas experiências no contato com o meio rural e com os elementos de minha formação onde acontece, então, uma construção textual que pode definir quem é a pessoa envolvida e a busca de qualidade formativa para compor e facilitar o alcance dos objetivos principais que são: o fortalecimento de questões identitárias e a possível oposição ao êxodo rural.

2.1 A BUSCA DA QUALIDADE FORMATIVA PARA COMPOR A IDENTIDADE PROFISSIONAL

Vale ressaltar nesse trabalho que logo após ter terminado a Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Ilha Solteira (FAISA) pensei que seria possível fazer uma pós-graduação e conseguir ajudar a comunidade rural a qual faço parte e ainda produzir material acadêmico que, de alguma forma, se tornasse objeto de pesquisa por parte de pessoas que se interessassem pelo mesmo assunto. Para alcançar esse feito imaginei que um estudo realizado no campo da matemática voltada para o contexto da escola urbana teria mais aceitação do que um estudo relacionado à Educação do Campo e que seria uma espécie de atalho para eu alcançar a tão sonhada qualidade acadêmica de que precisava para colaborar com a melhoria da condição de vidas das pessoas do campo, mas meu orientador me fez ver que ao invés de atalho eu estaria, na verdade, me distanciando do objetivo principal. O que eu erroneamente pensava – do alto do meu meio século de vida – era que a academia não veria com bons olhos um estudo baseado numa organicidade rural. Um convite para participar do Grupo de Pesquisa em Currículo, Estudos e Práticas e Avaliação (GEPAC) veio desconstruir esse pensamento formado com anos de constatações de que a pessoa da área rural sempre esteve em desvantagem em relação à pessoa da cidade.

O convívio com os demais membros do GEPAC e o teor das discussões me fizeram ver que a UNESP e seus pares acolheriam a ideia de pesquisar Educação do Campo. Ao traçar o percurso que leva aos atuais objetivos encontrei no Grupo de Pesquisa um suporte acadêmico jamais experimentado por mim, enfim a organicidade de minha experiência vivida desde criança encontraria em uma entidade de excelente qualidade, um ambiente propício ao crescimento e sistematização necessária para alcançar a qualidade necessária para impulsionar este trabalho. Felizmente a minha identidade de professor assentado foi também acolhida por meus pares e aventou a possibilidade de poder reforçar as questões identitárias no entendimento daqueles a quem esse trabalho atingir.

Por observar essa luta por direitos – tanto aqueles relacionados à educação quanto aos demais que são fundamentais ao cidadão – percebi há muito tempo que a comunidade campesina clama por justiça, mas uma justiça defendida com qualidade, daí vem a minha necessidade de uma formação acadêmica de qualidade para enfrentar estes desafios.

Os simpatizantes que me incentivam, bem como a concessão de bolsa pela CAPES, dão ao meu trabalho um reforço para a conotação de qualidade que faz com que a Educação do Campo no âmbito da matemática seja investigada e caminhe para a tentativa de uma possível oposição ao êxodo rural, à discriminação e ao conhecimento local como subproduto.

Há uma peculiaridade na minha formação que vai na contramão de algumas situações vivenciadas no contexto da Educação do Campo, que também carregam um grau de importância que pede para estar presente nessa pesquisa.

A maioria das escolas localizadas em área rural, sempre ficaram em última instância na obtenção de profissionais da educação. Comumente em uma lista de locais para trabalhar, sempre os primeiros colocados escolhem as escolas da cidade e essa relação de repulsa com escolas da área rural talvez seja devido a precariedade das instalações, à distância, à escassez de professores da comunidade rural, às classes multisseriadas, etc (essa constatação faz parte do estudo Referências para uma política nacional de educação no campo, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC)- Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo – caderno de subsídios). No caso da escola investigada– localizada no município de Selvíria/MS – as coisas aconteceram de forma diferente, pois houve um concurso preparado para atender especificamente um

suprimento de professores para área urbana e um para a área rural, isso significa que as pessoas que se candidataram para uma vaga na escola rural, o fizeram com interesse e afinidade pessoal e/ou ideológica. Eu, particularmente, participei do concurso público com o interesse fundado no plano pessoal e ideológico, obtendo aprovação em primeiro lugar no referido concurso e hoje – com muito orgulho – faço parte do quadro docente da escola em questão. Tal concurso “veio a calhar”, mesmo que a escola seja distante 70 km de minha cidade Ilha Solteira- SP(onde infelizmente não tem escola rural) e que a estrada de terra seja ruim, ainda assim vale a pena estar/trabalharem um ambiente rico e que me possibilitou realizar a presente pesquisa de mestrado. Devido aos meus compromissos acadêmicos com a UNESP de Ilha Solteira, eu viajo todos os dias para lecionar, mas destaco que na escola existe um alojamento para os professores que desejam ficar no local e evitar o desgaste cotidiano com a viagem. Trata-se de uma escola nova que surpreende quem a conhece, por se tratar de um ambiente acolhedor, de uma infraestrutura invejável e fixada no seio de uma comunidade hospitaleira, não deixando nada a desejar em relação as escolas urbanas.

2.2 PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO: histórico e ideologia educacional da escola

A pesquisa da qual resultou este trabalho foi realizada no Município de Selvíria/MS, mais precisamente na Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões, a unidade polo está localizada no assentamento São Joaquim e a unidade de extensão Sala Canaã localizada na Fazenda de mesmo nome. A escola foi criada sob o Nome de Escola Municipal Nova Esperança Polo e Extensões em 1999 pelo Decreto nº 348 de 1º de julho de 1999, com a finalidade de atender apenas os alunos do Ensino Fundamental I em salas multisseriadas. O antigo nome foi alterado por meio do Decreto nº 287 de 24 de março de 2010. A referida escola no início foi instalada na casa da antiga sede da fazenda São Joaquim que fora desapropriada pelo governo federal para dar lugar ao projeto de assentamento São Joaquim comandado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ela atende aos projetos de assentamento Alecrim, São Joaquim, Canoas e aos moradores das fazendas ao entorno, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal e como gestora a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Está localizada à aproximadamente 60 km da sede

do município de Selvíria-MS e a estrada que serve para dar acesso é de terra e quando chove o tráfego fica lastimável.

A escola está localizada na microrregião de Três Lagoas, onde existem instalação de empresas de papel e celulose, toda a realidade da comunidade atendida por esta escola está intimamente vinculada à exploração da mão de obra dos moradores do Assentamento São Joaquim e de outros Assentamentos da região, bem como das fazendas do entorno. As empresas exploram uma vantagem extremamente favorável ao seu funcionamento que é o fator locacional. A mão de obra local atende eficazmente às empresas, pois para manter os assentados trabalhando na monocultura do eucalipto gastam menos dinheiro com a remuneração dessa força de trabalho. Esse fator se deve a condição de morarem perto do plantio, sendo assim dispensam gastos excessivos com transporte além de outros gastos indiretos gerados pelo deslocamento.

Cercada está a escola, pela história de resistência camponesa contra os desmandos do capitalismo, o trabalho dos assentados direcionado à sua própria subsistência dá uma nova roupagem ao relacionamento da pessoa do campo com a natureza. Enquanto trabalham no sítio para satisfazer a fome de muitos e as duras penas trilharem o caminho da sua evolução financeira, veem a sua inter-relação com a natureza se submeter ao monopólio industrial e a essa nova relação com o trabalho. É certo que:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo, tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele

sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1983, p. 149-150).

Essas pessoas dentro dessa relação compõem o público alvo da escola e tentar dar respostas a tais interrogações que surgem da relação dessa força de trabalho humana com o meio. Diante de um leque de possibilidades entre as propostas pela subordinação de vender sua força de trabalho para o monopólio da monocultura e a liberdade de suas ações voltadas para o trato com sua terra, a sugestão hipotética que me veio à mente foi a de fazer uma análise do curso normal da realidade campesina em relação a natureza que ainda lhes resta. O meu medo é de que o homem se de excessivo capitalismo em detrimento de sua humanização, pois, parafraseando Karl Marx que diz que ao se valorizar o mundo das coisas, conseqüentemente aumentamos indiretamente a desvalorização do mundo humano. Toda a transformação da pessoa do campo que se dá na interação com o meio, fatalmente estará em amplo e constante sacrifício para manter a própria essência campesina. Nesse movimento reverso encontra-se mergulhada a escola rural tentando manter a sua própria identidade didático/pedagógica para atender a comunidade de forma plena e satisfatória.

A evolução estrutural da escola foi rápida, pois há pouco tempo as instalações eram precárias e para dar início às atividades didático/pedagógicas os antigos dormitórios da casa da fazenda foram transformados em sala de aula, e os professores que dormiam no local tinham de improvisar camas com as carteiras e cadeiras das salas de aula. A partir de 2010 a Secretaria Municipal da Educação, atendendo a reivindicações das famílias que moram na área rural, especialmente após a implantação dos três assentamentos naquela região do município, resolveu intervir e a escola passou por ampliações que permitiram acomodar os alunos de todas as etapas da educação básica. Vale salientar que empresas da região (Eldorado, Fíbria e CTG) contribuem significativamente com a realização de projetos culturais e manutenção da escola. Instituições de Ensino Superior (IES) como a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o Instituto Federal Do Mato Grosso do Sul (IFMS) e A Universidade Estadual Paulista (Unesp)encaminham para a escola alguns projetos acadêmicos e campanhas que envolvem o corpo discente da escola. Em

2018 foi entregue uma etapa de ampliação onde se instalou a biblioteca, um ambulatório que promove atendimento médico e odontológico, todas as salas de ensino médio e banheiros. Hoje a escola² conta com mais de 300 alunos: no período matutino atendem alunos desde o ensino infantil até o 3º ano do ensino médio e a noite atendem turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Figura 1 - Prédio da antiga sede da Fazenda São Joaquim que foi cedido para o funcionamento da escola e que hoje é o alojamento dos professores e demais funcionários que precisam de acomodações



Fonte: Próprio autor.

Figura 2 - Prédio da atual escola que foi inaugurado em 2015 e ampliada em 2018, com ampla estrutura para atender a todos os níveis de ensino



Fonte: Próprio autor.

²Os dados de matrículas e infraestrutura atualizados poderão ser encontrados no sítio eletrônico: <https://www.qedu.org.br/escola/256983-em-rural-sao-joaquim-polo-e-extensoes/censo-escolar>

O desafio da escola é oferecer uma educação do campo de qualidade para todos que residem nos assentamentos e nas fazendas do entorno e para superar esse desafio a missão é realizar uma ação pedagógica inovadora pautada na educação integral. Para esse feito a ideologia está atrelada a uma aprendizagem baseada em projetos e no uso de metodologias ativas. Os valores que comandam a ideologia da escola são: O respeito a diversidade, equidade, ética, solidariedade, pluralismo de ideias, inovação disciplinar, coletividade criativa, criticidade e compromisso.

O atual Projeto Político Pedagógico (PPP) que rege a escola está em franca construção de uma nova versão que está amparada nos preceitos da Base Nacional Comum Curricular(BNCC) que complementar o antigo PPP(2012)em pontos importantes e que a partir dessa nova proposta estará de acordo com as mais modernas ações educacionais da contemporaneidade. Quero deixar o registro do movimento de construção do atual PPP que deu um exemplo de ação democrático/participativa que eu ainda não havia presenciado no plano democrático, sem dúvida foi uma manifestação emocionante. Foi uma adesão maciça que ficará na história, as pessoas se mobilizaram dos mais longínquos lugares, para participarem das reuniões em que foram discutidos todos os pontos que compõem o projeto. Discentes, docentes, gestão, funcionários administrativos e comunidade deram uma demonstração de poder de voz, de fazer inveja aos mais elaborados movimentos democráticos.

Figura 3 - Foto 1: -Faixa de divulgação da reunião para discussões sobre o PPP. Foto:2- Discentes, docentes, gestão, funcionários administrativos e comunidade reunidos para elaborar o PPP da Escola Municipal Rural São Joaquim P.E.



Fonte: Próprio autor.

2.3 QUEM É ESSA PESSOA QUE PODE TER SEUS IDEAIS ENRIQUECIDOS COM O APOIO DA MATEMÁTICA?

A partir da minha experiência na escola, constatee que competição entre campo e cidade produziu na área rural, tanto no ambiente escolar quanto na comunidade, uma criança que apequena seu próprio contexto. Esta atitude é propagadora do “negativismo rural” que foge à própria natureza, por tornar sua identidade campesina

incubada e por suscitar a hostilidade de seus pares para com suas próprias experiências.

A arma usada pelo “urbano” nessa competição foi um espetáculo pirotécnico de possibilidades tidas como superiores, as quais foi dado um status de importância amplamente trabalhado como constituinte das necessidades humanas para ser feliz e bem-sucedido.

Nessa competição o “rural” passou despercebido por ser orgânico mesmo sendo constitutivo da essência primordial da necessidade humana que é viver com qualidade. Essa pessoa da área rural que explicito nesse capítulo, como sendo uma criança que pode ter seus ideais enriquecidos pela matemática tornou-se inclinada a menosprezar o papel do campo em nossa sociedade. Constata-se que quando essa criança compreende por meio de qualquer força externa, plenamente, o que é ser do campo desaparecem as ideias falsas de superioridade urbana e em seu lugar aparece uma apreciação do que o campo realmente significa.

Embora seja verdadeiro que a vida na área rural para ser mais competitiva em relação a cidade, ainda depende de muitas benfeitorias tanto no lado material quanto no lado humano, isso não deveria ser empecilho para a aceitação dessa criança se essa fosse conduzida a ser diligente, bem treinada e adepta de uma série cuidadosamente planejada de procedimentos operacionais que envolvessem planejamento e apresentação extensos ligados à realidade campesina.

Essa criança da área rural deve substituir ou, pelo menos, reconstruir os sulcos onde deverão ser “plantados” os hábitos preciosos que gosta e conhece. Pode ser que essa indução para sair desse estado de inércia seja dolorosa, pois demanda reflexão, decisão e um intenso agir, mas em contrapartida o que se relaciona com esse trabalho nesse sentido é a busca de uma ação que possa agregar valores à essa “competição” e que demande coragem, energia, iniciativa e força para resistir e nesse sentido reforçar o estabelecimento da própria identidade e combater o êxodo rural.

Nas análises detalhadas das ações com a matemática não foram detectados quaisquer elementos que pudessem depreciar essa ação. Essa natureza competitiva que eu observo é a essência de outra relação, aquela que coloca os rurais e os urbanos na forma de seres que se completam em suas necessidades básicas de troca e de reciprocidade social.

O que desejo nessa “competição” é que ambos competidores sejam vistos como bem-sucedidos e vitoriosos, isso só ocorrerá enquanto não imperar o

sentimento subjetivo de qual deles influenciará e dominará o outro. O que talvez possa ser polêmico é a pessoa do campo entender que a pessoa da cidade compra os seus produtos não apenas porque devem e sim porque necessitam para sobreviver, não é certo se emancipar enquanto campesino para ter o prazer de sobrepujar o outro, mas também não se pode vender uma imagem demasiadamente suave e submissa da pessoa que planta e nutre o mundo.

É válido lembrar a frase que enche o campesinato de orgulho: “se o campo não planta, a cidade não janta”. A grande percepção temerária a que leva esse trabalho é a constatação de que o ponto de partida constituído é a criança do campo e o grande desafio para a reafirmação identitária e a possível oposição ao êxodo rural está paradoxalmente localizado nessa criança. Só que há algumas constatações que alavancam a motivação pessoal para praticar essa pesquisa em educação do campo, uma delas é que a pessoa que está ativa no campo de produção estabelece sua própria remuneração, quer seja ela à base de extrativismo, produção sistematizada ou atividades artesanais, e também pela prática de todas elas juntas.

No meu modo de pensar, seu pagamento é determinado pelo quanto ela trabalha, pela dificuldade que apresenta esse trabalho e pelo bom desempenho. Penso também que sua renda acumulada é diretamente proporcional ao modo como administra seu tempo, ao modo como utiliza a energia externa e pessoal com a qual realiza seu trabalho e depende muito criatividade que ela costuma “gastar” para amparar seus projetos. Consequentemente pela minha reflexão e metacognição, chego à conclusão que toda a remuneração obtida com os afazeres campesinos não é determinado pelo seu nome, pelo parentesco e amizade das pessoas ou pelo status das escolas que frequenta ou frequentou, o progresso financeiro pode vir das coisas que aprende e que domina o uso no âmbito da propriedade rural e no contato com o outro. Mesmo que não trabalhe sob um regime de ordenado externo, a pessoa da área rural pode agir de modo desejável sem adiar o sonho do crescimento pessoal e material sem atrelar as suas ações a afazeres rudimentares ou de ordem pejorativa ao meio ambiente.

A cada passo que dou neste caminho percebo que a matemática dentro dessa educação do campo desejada, pode ser um elemento determinante na satisfação, crescimento e desenvolvimento pessoal e material que podem levar ao alcance dos objetivos supracitados.

2.4 CONSTATANDO NEGATIVISMO RURAL

Tendo como orgânico todo convívio de pessoas afins e montadas nos pretextos construídos empiricamente com desafio, não aceitação, discriminação, etnosaberes como subproduto e, porque não dizer, educação mal elaborada e descabida – insurge nesse contexto um entendimento de um negativismo rural que toma conta da pessoa do campo e que pode muito bem ser aceito como normalmente construído à revelia dos ideais campestinos e não originado de um absurdo extra humano. Portanto, se a intenção é alcançar progressos significativos na Educação do Campo:

Urge avançarmos para a superação do silenciamento, do abandono e da dicotomização curricular que tem afligido o trabalho pedagógico dos profissionais que militam nos espaços rurais. Novos horizontes são possíveis, especialmente, se considerarmos a singularidade que a escola exerce nos territórios rurais, favorecendo práticas de intervenções sociais e de dinamismos locais, mediante a escolarização de parcela significativa da população brasileira. (SOUZA; SANTOS; 2014, p. 316).

Já que tomo como referência de análise a minha própria experiência autobiografia, me apossei de uma experiência de aula que mostrou o porquê da baixa autoestima, da estranheza da situação rural e parte do caminho espinhoso do êxodo rural; essa análise pessoal feita em cima dos acontecimentos abrange dois projetos e busca explicar como as crianças encaram a zona rural, enquanto sua morada. Estes projetos abordados foram implantados com a introdução de kits educacionais compostos por cadernos de orientações pedagógicas.

O fato se deu por ocasião da participação do 5º ano do ensino fundamental em dois projetos que visam a participação em concursos e que tem como elemento básico de concorrência, textos produzidos pelos alunos sob a orientação do professor. Um programa é denominado de “ESCREVENDO O FUTURO”³ e promove e estimula a participação das alunas e alunos na Olimpíada de Língua Portuguesa inscrevendo textos produzidos no ambiente escolar e no caso da nossa escola rural, as alunas e alunos deveriam escrever poemas utilizando o tema “O LUGAR ONDE VIVO”. O outro programa é do MPT (Ministério Público do Trabalho), em parceria com o Cordinfância (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente), onde a participação pode ser com várias manifestações artísticas e as

³ Detalhes sobre o projeto no sítio eletrônico: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/>

alunas e alunos do 5º ano deveriam produzir poemas e músicas sobre o tema “TRABALHO INFANTIL”⁴.

A detecção do negativismo rural se deu nas análises das interlocuções com os alunos, onde os relatos foram levados em consideração com o aporte de minha experiência de professor e assentado.

No primeiro projeto supracitado houve uma resistência por parte do alunado, tanto na participação como no tema abordado e a dificuldade se instaurou na sala, quase sendo total, salvo algumas tentativas tímidas de participação espontânea. Diante disso resolvi fazer valer a minha orientação e instiguei uma participação apelando para o bom senso e pelo fato de fazer com que tomassem como tarefa do cotidiano escolar, esse trabalho de produção textual. Com isso houve a mobilização para que se produzisse os poemas, contando inclusive com detalhada explicação do propósito do programa e do tema abordado.

Na revisão e avaliação dos trabalhos o resultado não foi satisfatório, a produção foi irrisória, o tema se distanciou das produções e um conteúdo mínimo surgiu com pouquíssima chance de ser competitivo. Disse à classe que fiquei surpreso ao constatar que mesmo morando na área rural repleta de natureza, pássaros e animais silvestres, eles não conseguissem fazer uma produção textual poética à altura do paraíso em que viviam.

Por parte do alunado, surgiram respostas pouco prováveis e absurdas: uns disseram que não ligavam para córregos, pássaros, árvores, comida saudável, que não viam a hora de mudar para a cidade e sair do sítio. No imaginário surge o pensamento de como a pressão de ser do campo sufoca um contexto de qualidade de vida; como isso atinge a autoestima das nossas crianças herdeiras da propriedade rural e como existe um massacrante elemento reforçando o êxodo rural. Enfim debaixo dessa gama de coisas frustrantes apenas dois alunos conseguiram fazer poemas fiéis a realidade vivida e surgiu a exaltação do lugar onde vivem de maneira clara. Coincidentemente os alunos que fizeram os bons poemas são os mesmos que fazem parte de um seleto grupo que constantemente compartilham com os demais componentes da sala de aula relatos esperançosos para aqueles que veem na área rural um lugar de progresso e de ambiente fértil.

⁴ Detalhes sobre o projeto nos sítios eletrônicos: <https://mpt.mp.br/e>
<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/projeto-resgate-a-infancia-do-mpt-e-apresentado-no-forum-global-da-crianca/>

Vale ressaltar que os alunos produziram poemas e cada um a seu modo escreveu sobre a mãe, sobre seus cachorros e cadelas, sobre seus gatos e gatas e até nisso a distância da área rural está estampada, pois os animais citados nos poemas são também de predominância urbana e nenhum aluno falou sobre cavalo, vaca, porco, cabra, galinha, que são animais de predominância rural e que muitas vezes mantêm as despesas da família.

Uma diferença gritante aconteceu com o traçado do segundo programa, relacionado ao trabalho infantil, todas as considerações foram abordadas de forma cuidadosa devido a experiência desestimulante confrontada no projeto anterior, mas para minha surpresa as alunas e alunos mergulharam no universo rural procurando elementos que favorecesse a expurgação da vida rural. Enfim, eles encontraram uma desculpa para manifestar o descontentamento em viver na área rural, mesmo que essa desculpa nem de longe lembre as agruras do trabalho infantil. O fantasma foi construído em cima de tarefas de curta duração, leves e de cunho puramente colaborativo, a saber: varrer e rastelar o quintal, lavar louças, buscar leite no curral, tratar das galinhas, recolher ovos, etc. Houve uma constatação de que nas produções dos poemas, a bandeira de oposição ao êxodo rural – mesmo que a “meio mastro” – está hasteada. Nesse caso a quantidade de produções textuais explicou a qualidade de vida que almejam, dezesseis poemas foram produzidos e uma incursão, altamente estimulante ao ato docente, aconteceu nas pesquisas de internet, dicionários de rimas, interações sociais e compartilhamento dos relatos. Saliento que uma música sobre o trabalho infantil foi composta por quatro alunas e um aluno e ensaiada exhaustivamente para apresentação no concurso do MPT. A música está concorrendo no concurso por estar de acordo com o tema proposto (Trabalho Infantil), por ter a escola incluída no rol dos participantes e por demonstrar a criatividade e expressão da ideia em consonância com a letra e melodia.

Título: A criança não trabalha⁵

Refrão

Vou para escola agora,
Eu tenho mais é que estudar.
Foi um livro que me disse:
__Calo agora é tolice,
Nem pense em trabalhar.

Tenho direito a educação, está bom?
Serei futuro da nação, que bom!
Ser feliz é minha sina,
Capricha no que me ensina
Eu não estou de gozação.
Da roça sai nossa comida, enfim,
Trabalhar nela não é para mim.

A minha hora é agora,
O sucesso me espera
Só estudo e brinco sim.

A criança não trabalha, então
Vem professor me dê a sua mão,
Escreva o meu caminho
Me ensinando com carinho
Os segredos da educação.
Para ajudar disque 100 assim,
Na exploração queremos pôr um fim.
Aprendendo formo um time,
Trabalho para mim é crime,
Só do estudo estou a fim.

A fala de um aluno também resumiu muito bem a exaltação que dão à área urbana em detrimento à área rural. Ele disse para toda classe que em uma cidade próxima onde mora a avó, um amigo vende gelinho (em alguns lugares conhecido como: geladinho, sacolé, juju, din-din, gelinho, chup-chup) de vários sabores e ganha um bom dinheiro, ou seja, ele contou com ênfase uma situação que encara como boa e estimulante, enquanto no sítio onde mora, um mar de possibilidades de ganho cercado de uma nobreza incomparável desfila a sua volta e ele não percebe, inclusive a possibilidade de fazer gelinho de suco natural. A questão é a seguinte: a repulsa não é em relação ao trabalho de um modo geral, mas em relação ao trabalho rural. Reforçando que com as abordagens conduzidas pelas literaturas e instruções do MPT, houve uma explicação bem detalhada a respeito do texto desenvolvido ser sobre o trabalho infantil. É lamentável constatar que a cidade arrasta a juventude camponesa para a urbanidade, até as músicas curtidas em nada lembra o universo rural e nem exalta o regionalismo tão benéfico para o enraizamento das questões identitárias camponesas.

2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo revela-se a intenção de usar a organicidade da minha formação docente e da minha trajetória enquanto assentado para traçar um caminho como agentes facilitadores na construção de um sistematizado trabalho acadêmico que possa combinar com os objetivos do trabalho para a formação de atividades que

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bHKpokAp4CY>>. Acesso em: 03 ago 2019.

possam ser praticadas no sentido de estabelecer progressos dentro da Educação do Campo. A busca por uma qualidade formativa me lança na condição de poder contribuir com o resgate da identidade individual e coletiva das crianças em questão, para que consigamos trilhar um caminho educacional que talvez possa contribuir com o arrefecimento do êxodo rural. As ações do cotidiano escolar, desde que avaliadas constantemente com intencionalidade dirigida, podem nos ajudar a entender a tendência de afastamento do meio rural pelo qual passa a juventude campesina e a explicar por meio da própria expressão da criança, seja por textos produzidos ou relatos, as situações que causam desconforto em ser da área rural. A definição dessa pessoa que usufruirá dos benefícios da matemática na Educação do Campo, dá uma dimensão mais aproximada da real situação enfrentada no contexto da escola rural e nesse contexto o negativismo rural passa a ser um elemento a ser combatido, pois percebo que além de das influências externas, esse é um fator preocupante, pois é gerado na subjetividade de cada indivíduo. No próximo capítulo uma comparação entre dois momentos históricos de luta e resistência, pode nos inspirar e fazer entender quais os perigos que podemos enfrentar junto com todas as aspirações de uma Educação do Campo libertadora e no âmbito geral do contexto campesino.

3 MOMENTOS HISTÓRICOS DO PASSADO QUE INSPIRAM AS LUTAS CAMPESINAS DE HOJE

Este capítulo apresenta uma comparação entre o nosso passado de etapas de sofrimentos e incertezas, desde o surgimento do iluminismo durante o século XVIII até o golpe de 64 e culminando com o medo contemporâneo do nosso atual contexto político. Sem deixar de citar a ciência, tão surrada atualmente, como sendo um lugar de 'resistência, um ponto de partida para se opor aos senhores burgueses de todas as épocas, uma fortaleza bem armada que transcende a barreira temporal, definitivamente a ciência é uma anciã guerreira incansável de todas idades.

Desejo não apenas fazer um paralelo entre épocas diferentes e os termos e situações relacionadas ao universo rural, mas explicitar as coincidências tristes que sabemos historicamente terem reinado em eras antigas, serem repetidas ciclicamente. E no mais próximo de mim, ver a época em que comecei a perceber as injustiças com a pessoa do campo ser repetida no contexto atual adornada cruelmente pela possibilidade de destruição do que foi construído nos últimos anos.

Para justificar essa sequência de cunho crítico/político volto um pouco mais no passado para lembrar o evento do conceito do iluminismo que nos tirou da subjugação da igreja e vou um pouco mais além para explicar o que tudo isso tem a ver com matemática. A mesma matemática que exponho com minhas experiências e que obviamente está à serviço de uma ideologia humanitariamente benéfica e libertadora é a mesma matemática que serve as contas de conluíus, falcaturas e corrupções. Desde as primeiras descobertas científicas a matemática é uma vedete que entretém a Deus e ao diabo, se serve para ajudar(o bem) e atrapalhar(o mal), pode muito bem no nosso contexto estar no limiar de ser ajudada(pelo bem) ou ser atrapalhada(pelo mal).

Adorno, ao utilizar as ideias de Bacon “o pai da filosofia experimental” para explicar como algumas ações tradicionais impedem que o entendimento humano faça um casamento feliz com a natureza das coisas, nos coloca em vias de, criticamente, entender com se dão essas relações perigosas entre o opressor e o oprimido, com a matemática servindo os dois lados. As grandes invenções da antiguidade, por mais ultrapassadas que seja (ou não) e as grandes invenções da atualidade foram feitas com o apoio da mesma matemática de hoje, atestando que a evolução e a superioridade humana reside no saber e se a educação for ameaçada por qualquer

regime político a evolução e superioridade humana está ameaçada e junto os seus direitos sucumbem na mesma medida, mas o mesmo poder que tem o opressor para dominar, o proletariado tem para se opor. Quanto a isso, Adorno atesta que:

Apesar de alheio à matemática, Bacon captou muito bem o espírito da ciência que se seguiu a ele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas, que ele tem em vista, é patriarcal: o entendimento, que venceu a superstição, deve ter voz de comando sobre a natureza desenfitejada. Na escravização da criatura ou na capacidade de oposição voluntária aos senhores do mundo, o saber que é poder não conhece limites. Esse saber serve aos empreendimentos de qualquer um, sem distinção de origem, assim como, na fábrica e no campo de batalha, está a serviço de todos os fins da economia burguesa. Os reis não dispõem sobre técnica de maneira mais direta do que os comerciantes: o saber é tão democrático quanto o sistema econômico juntamente com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital. (ADORNO, 1999, p. 18)

Trazendo para os nossos dias, pode -se dizer que é no mínimo semelhante aos acontecimentos atuais, e que nos leva a constatar que um aparato militar/político/religioso quer dominar os passos dos brasileiros e sobrepujar a ciência. Nesse contexto a matemática pode ser opressora ou oprimida dependendo da dominação a qual se submete. Na ânsia de sair das trevas, de deixar de ser subalterno e poder gerir as próprias ideias ligadas à sua realidade campesina, a pessoa da área rural pode muito bem usar a ciência sistematizada na escola para reforçar a condição de assentado produtivo, economicamente ativo e socialmente “bem resolvido”. Atrevo-me a dizer que estamos instaurando com essa matemática democrática um particular “iluminismo pós-moderno” que nos livrará das trevas do medo de um retrocesso no campo educacional e laborioso. Quanto a matemática praticada na Escola São Joaquim, seria absurdo dizer que ela pode ser o “cânon” da educação do campo? estamos trabalhando para que se ilumine esse caminho. Volto o foco para o iluminismo com o relato das palavras de Adorno, ainda amparado nas ideias de Bacon, exortando que:

A lógica formal foi a grande escola de uniformização. Ela ofereceu aos iluministas o esquema de calculabilidade do mundo. A equiparação mitologizante das ideias aos números, nos últimos escritos de Platão, exprime a ânsia própria a qualquer desmitologização: o número se tornou o cânon do iluminismo. As mesmas equações dominam tanto a justiça burguesa quanto a troca de mercadorias. “Pois a regra de que é desigual a soma do igual com o desigual não será um princípio fundamental tanto da justiça como da matemática? E será que não existe uma verdadeira correspondência entre a justiça comutativa e distributiva, por um lado, e as proporções geométricas e aritméticas, por outro? A sociedade burguesa é dominada pelo

equivalente. Ela torna comparáveis as coisas que não têm denominador comum, quando as reduz-se, para o iluminismo, a aparência e é desterrado, pelo positivismo moderno, para o domínio da poesia. (ADORNO, 1999, p. 22)

De Adorno a “Rauzito” há uma ponte sobre o rio de ideologia capitalista e a indústria cultural urbana engodada pela sutileza de ter direito de existir, aniquila uma cultura considerada “inferior” por ser de uma minoria rural. De tempos em tempos, aparece senhores burgueses para satanizar o sossego dos menos favorecidos, até parece que é proibido ser pobre, ser caipira e ser feliz ao mesmo tempo. Segundo Adorno (1999), a principal finalidade do iluminismo é libertar os homens do medo por meio da sua emancipação e como consequência liberta também o mundo da magia e do mito, ele admite que a tecnologia e a ciência da conta desse feito. Vivemos na atualidade o medo de ver a ciência ser aniquilada pela ideologia religiosa e a pessoa do campo sofrer com a falta de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e consequentemente o abandono da educação do campo, esses dois períodos de resistência supracitados servem como inspiração para lutarmos contra a máquina governamental. Com a libertação da ciência pelo iluminismo e a música Capim Guiné podemos ter a possibilidade de inspiração para poder lutar com força total e academicamente poetizar a nossa luta e o nosso texto. Penso que para a pessoa do campo ser feliz é preciso ter seus etnosaberes exaltados dentro de sua realidade campesina, Capim Guiné dá uma continuidade à ideologia de resistência do iluminismo na linha do tempo e explica mais uma dessas eras das trevas que foi o pós- golpe de 64. A conclusão a que se chega é que a segregação social e discriminação são partes integrantes dessas épocas sombrias e com um fundo de falsa verdade que é comprovadamente parte da ordem mundial.

Nada mais esclarecedor do que a carícia musical nos dizendo ao “pé-de-ouvido”, com muita criticidade, que brutal medo de retrocesso estamos vivendo na atualidade, para fazer esse favor apresento uma música que inicialmente foi composta por Wilson Aragão e depois sagazmente modificada pelo célebre cantor Raul Seixas.

Capim Guiné

(Wilson Aragão e Raul Seixas)

Plantei um sítio No sertão de Piritiba Dois pés de guataiba Caju, manga e cajá Peguei na enxada Como pega um catingueiro Fiz acero, botei fogo “Vá ver como é que tá” Tem abacate, jenipapo E bananeira Milho verde, macaxeira Como diz no Ceará Cebola, coentro Andu, feijão-de-corda Vinte porco na engorda Até o gado no currá Com muita raça Fiz tudo aqui sozinho Nem um pé de passarinho Veio a terra semeá	Agora veja Cumpadi, a safadeza Cumeçô a marvadeza Todo bicho vem prá cá Num planto capim-guiné Pra boi abaná rabo Eu tô virado no diabo Eu tôretado cum você Tá vendo tudo E fica aí parado Cum cara de viado Que viu caxinguelê Suçarana só fez perversidade Pardal foi pra cidade Pirúá minha saqüé Qüé! Qüé! Dona raposa Só vive na mardade	Me faça a caridade Se vire e dê no pé Sagüi trepado No pé da goiabeira Sariguê na macaxeira Tem inté tamandua... Minhas galinha Já num fica mais parada E o galo de madrugada Tem medo de cantá Num planto capim-guiné Pra boi abaná rabo Eu tô virado no diabo Eu tôretado cum você Tá vendo tudo E fica aí parado Cum cara de viado Que viu caxinguelê.
--	---	--

Mesmo que a realidade retratada na música, seja de uma propriedade rural como um todo produtivo, o fato de usá-la para inferir relações com a educação do campo e matemática não propõe um afastamento da realidade imposta nessa dissertação, mas evidencia a preocupação com o cenário político atual que assusta em especial aos assentados que tanto dependem de políticas públicas para produzir e obter conhecimento qualidade.

No início da década de 80, meu convívio com a comunidade rural desde a infância era marcado pelas manifestações urbanas discriminatórias. Até hoje soa em meus ouvidos as frases que os alunos e alunas da cidade proferiam para atingir de maneira pejorativa os moradores das áreas rurais. Geralmente as crianças da área rural eram chamadas de “pé vermeio”, expressão que fazia uma referência as condições em que comumente se encontravam os pés sujos de lama ou de terra vermelha, tipo de solo comum em nossa região. Ainda ao se despedirem, não raro, havia um complemento de frase do tipo: amanhã traz um casalzinho de onça para a gente criar, isso sempre acompanhado de uma sonora risada. Ser chamado de caipira não era a pior das referências indigestas pelas quais passavam as crianças do campo naquele contexto de governo (ditadura) militar. Ainda nos dias de hoje as frases de

efeito negativo continuam com as mesmas palavras e o mesmo teor de segregação, acrescento ainda que ouvi um dia desses uma professora de uma escola urbana dizer o seguinte para um grupo de crianças de um assentamento: “quando chegarem nas dependências da escola, por favor esfreguem seu pés na grama que tem do lado de fora do portão da escola, pois está fácil de perceber onde se senta uma criança do sítio, em baixo da carteira sempre fica um monte de terra”.

Nada mais adequado do que lutar por uma educação do campo desenvolvida no seio da comunidade rural, imaginem se numa escola localizada em um assentamento, por exemplo, haveria esse tipo de abordagem discriminatória entre as crianças frequentadoras ou entre o corpo discente e docente, obviamente que não. O corpo discente de uma escola rural está no mesmo patamar social lutando pelos mesmos direitos e vivendo a mesma questão identitária. Qualquer projeto pedagógico desenvolvido nesse ambiente, seja ele de matemática, de língua portuguesa ou de qualquer outra disciplina vai encontrar um ambiente coeso no que se refere aos anseios pessoais e coletivos. Dessa forma:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 14).

A essas pessoas moradoras de propriedades rurais, em sendo supridas suas necessidades educacionais com todos os desafios comuns ao meio, ainda restam as lutas pelos seus direitos básicos junto aos governos municipais, estaduais e federais. Mesmo que os embates sejam travados pelos adultos, as crianças não estão livres dos respingos prejudiciais e do desgaste causado, pensando que “muito ajuda quem não atrapalha”, vale a pena lembrar com a letra da música Capim Guiné, como um mal governo pode atrapalhar a vida da pessoa do campo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma educação do campo libertadora.

Embora o contexto musical seja essencialmente ligado aos protestos pelas causas de posse de terra e trabalho rural, o assunto é pertinente do ponto de vista comunitário, pois as interligações entre todos os segmentos do cenário rural revelam uma interdependência coletiva de seus atores e seus ideais de trabalho e educação.

Uma pequena diferença está presente nessa comparação entre épocas, no começo dos anos 80 o contexto era de um governo militar que tomou o poder por meio

de um golpe, enquanto hoje temos no poder um presidente militar eleito pelo povo. Coincidentemente, entre os anseios da população campesina por direitos e uma busca incessante por uma educação do campo que possa enfrentar o êxodo rural, passeia uma semelhança triste, pois as perseguições sofridas outrora nem nos piores pesadelos haveria de se tornar a nossa realidade nua e crua e com uma riqueza de detalhes semelhantes que nos induz a sentir uma viagem retrocessiva no tempo e mais ainda implacável, pois na plateia desse teatro dantesco está uma parte do povo a sorrir e bater palmas para o nosso possível algoz. Definitivamente é o “Coliseu” brasileiro que enterrado estava a meia cova e agora reina soberbo após a exumação que o trouxe de volta com cerca de 55% dos votos dos eleitores desse país.

Essa música foi composta em tom de protesto contra os desmandos do governo da época e seus asseclas –disse o baiano Wilson Aragão em entrevista⁶,o também baiano Raul Seixas fez algumas modificações que em nada abalou a estrutura de criticidade, apenas refez a sintonia sonora com a troca de algumas palavras.

A simplicidades das palavras retratadas na música esconde uma profunda percepção política e a seriedade do elemento musical como grande aliado nas questões de repúdio e protesto contra governos autoritários. A música retrata a simplicidade da roça e de um pasto repleto de Capim Guiné que também é nome do nosso conhecido capim Colonião, muito usado pelos criadores de gado para alimentação do rebanho, pois é extremamente palatável e contém 13 % de proteína.

O que de útil tem para essa dissertação é um significado – além da obviedade simples da roça, está a letra repleta de mensagens criptografadas – que faz emergir de quem entende, uma vontade louca de gritar a liberdade da mesma forma(cantando). Um valioso dado histórico está intrinsecamente formando um elo entre o regime ao qual estamos submetidos e o regime que na década de 80 cometeu os mais variados abusos. Essa possibilidade de retrocesso atinge significativamente as pessoas que tentam sobreviver em uma pequena propriedade e, conseqüentemente, todos os projetos sonhados e desenvolvidos nesse âmbito estão seriamente comprometidos, inclusive o projeto tão sonhado almejado de uma educação do campo libertadora. É imperativo sonhar e pedir para que quando os políticos falarem e pensarem em fazer alguma ação em prol dos rurais, que incluam nessa lista de rurais a agricultura familiar e não apenas os grandes latifúndios tomados

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t1gAcCXHsfg>>. Acesso em: 03 ago 2019.

pela monocultura da cana, do eucalipto e da soja. Basta pesquisarmos sobre as desvantagens que tivemos nos anos em que ficamos sob o jugo militar e percebermos as injustiças que poderão voltar a acontecer e nos mobilizarmos no sentido de não deixar a “suçuarana” do autoritarismo fazer tal perversidade.

Os assentados de hoje chegaram a uma situação satisfatória e agora que tudo estava caminhando para uma colheita rentável um monte de “bicho” surgiu para se associar, bem atual – não é? Logo no começo da canção Raul coloca um selo de qualidade rural na letra ao fazer uma junção das palavras guabiraba e pindaíba para colocar guataíba (que no imaginário viria a ser uma fruta) e dar mais consonância, esse é um costume da pessoa do campo que pelo Brasil afora batiza as plantas com nomes variados em cada região, uma mesma planta tem vários nomes diferentes dados pelas comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais, enfim guataíba é *fake*, pelo poder dado aos caipiras e aos poetas.

A repressão por parte dos militares é criticada nos versos “minhas galinha/Já num fica mais parada/e o galo de madrugada/tem medo de cantá”, todos tinham medo de falar, pois quem se levantava contra o golpe de 64 era perseguido cruelmente, Aragão atestou que fez protesto em forma de música porque na época quem era a favor da ditadura militar estava “numa boa”, mas quem não era “estava ferrado” e essa era a situação da sua família, que sendo contra sofreu muito e teve as terras invadidas e teve de vender tudo e ir embora.

Na frase “começou a marvadeza, todo bicho vem pra cá”, os bichos eram os personagens que poderia muito bem ser inspirado em um Deputado, um Senador, um Assessor ou até um Gerente de Banco – fiquem à vontade para pensar nos bichos de hoje.

Ao dizer “tô retado com você” o autor se referia ao presidente da época (Ernesto Geisel) que via tudo acontecendo e não fazia nada “com essa cara de viado que viu o caxinguelê” até parece a nossa situação atual, quem pode fazer a diferença e que foi colocado no poder para isso, não faz nada para mudar os rumos do Brasil.

Daí o trecho que diz “não planto capim guiné pra boi abana rabo” nos remete a uma filosofia do campesino que até hoje é uma máxima do contexto rural “bicho que mija para trás põe o dono para frente”, ou seja, as fêmeas que dão produção e crias. Pensando em outro ditado caipira que diz: “gado tem cinco boca, uma que come e quatro que pisa”, imaginem um pasto cheio de boi pisando e sem dar crias e leite, para lá e para cá apenas abanando o rabo, bem apropriado para os dias de hoje ao

pensarmos em uma crítica aos grandes criadores de gado apoiados pelo governo, que sufocam os ecos da agricultura familiar e promovem queimadas para aumentar suas áreas de pastagens.

Algumas interpretações populares que dão conta de ligar a frase “nem um pé de passarinho veio a terra semear”, ao militar e político influente da época que circulava no meio e tinha livre acesso aos mais altos escalões do governo – Jarbas Passarinho.

Uma outra situação cantada que foi pensada no imaginário popular e muito bem encaixada no propósito de protestar contra os desmandos do governo da época e que pode ser comparada a repressão que se aproxima hoje, trata-se da frase “suçuarana só fez perversidade” que soou aos quatro cantos como sendo uma referência ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924.

A verdade é que para fazer um paralelo com o cenário atual vai faltar bicho, mas um pedido de desculpa aos bichos será de bom tamanho. Tem mais algumas situações ligadas a essa música que podem ser pesquisadas, mas com essas abordagens já dá para imaginar quão atual é essa letra.

Para abordar as expressões e interpretações das pessoas da área rural ouse dizer que, de posse de minha experiência como professor e assentado, empiricamente no construto de uma dialética puramente espontânea ou intencional já vivi um pouquinho de cada vida, observo nesse cenário atual uma pessoa do campo temerosa, cheia de dúvidas e até as vezes revoltada. Será que deveríamos ter dúvidas se esse momento político poderia causar todo esse reboiço na vida de uma pessoa que apenas quer ser útil com a sua simplicidade?

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Notadamente a apreensão é geral em nosso país, para contextualizar com a proposta deste trabalho e agir com criticidade no trajeto, estabeleci, em forma de protesto, uma comparação com uma época passada de governo militar. O mais doloroso é constatar que mesmo sabendo que a Educação do Campo não goza de boa forma, ainda assim é forte o sentimento de perda com a possibilidade de retrocesso, pois perder o que já foi conquistado vai ser um golpe doloroso para as pessoas do campo que tanto precisa de uma formação integradora.

Viver sob pressão nesse momento é o que temos, mas é vida que segue, mesmo que não apareça grandes possibilidades de realizações dentro desta esfera, a base de todo o trabalho continuará a ser abordada na sua face motivacional de resgate identitário e enfrentamento ao êxodo rural.

A mesma criatividade que foi apresentada na música servirá de inspiração no trato com as adversidades e levando em consideração todos desafios pelos quais a população campesina já passou e passa, serão bons guerreiro nessa batalha.

A seguir uma conceituação histórica e documental poderá nos situar dentro do processo de construção da Educação do Campo e ainda nos dá a chance de entender os progressos e descaminhos de todas as ações que, ao longo dos anos, compõem o que temos hoje.

4 CONCEITUAÇÃO HISTÓRICO-PEDAGÓGICA E PARÂMETROS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama conceitual e histórico sobre a educação do campo perpassando pelas leis existentes do passado até os dias atuais, pelas políticas públicas que amparam essa modalidade de ensino e pelas práticas pedagógicas que permeiam esse arcabouço educacional do campo. E lembrando que nem a contemporaneidade com a criação do Ministério da Educação (MEC) em 14 de novembro de 1930 favoreceu para que a condição de abandono da educação rural fosse combatida na época.

As influências sofridas por esta modalidade permeiam as discussões dessa pesquisa como forma de entender quais e como tais ações contribuíram positiva ou negativamente para a construção da Educação do Campo existente no cenário nacional atual. A população rural sendo contemplada com uma atenção especial pode encontrar um amparo qualitativo nessa abordagem, pois todos os preceitos serão às voltas de explorar as ações que mais se aproximam da realidade campesina e que porventura possam agregar valores para promover a valorização da identidade sociocultural. Podemos pensar em dar um apoio à pessoa do campo, não apenas como um componente de um espaço não urbano, mas como um elemento integrante de um espaço onde se abre um leque de possibilidades no que diz respeito à interação social dinâmica e direitos de realizações que atendam aos seus anseios, enquanto comunidade produtiva e de suma importância para a humanidade.

Sendo focalizada desse modo, a necessidade de uma Educação do Campo que contemple a pessoa do campo de maneira totalitária, passa a ser explicada pelo viés histórico sob a ótica da realidade local, equidade e respeito. Ao longo dos anos não se percebe o quão importante é a Educação do Campo nas abordagens de nossos antepassados e erroneamente até hoje, apesar dos avanços, não se dá o devido valor para essa parcela da sociedade. Vale salientar que mesmo sabendo que a educação rural não era contemplada nos ordenamentos jurídicos, havia nesse tempo ações não governamentais que destacavam a importância da educação para os povos do campo e que, por vezes, ao invés de alavancar futuras ações enriquecedoras, deturparam o real interesse dos bem intencionados, um exemplo disso é a realização do 1º Congresso da Agricultura do Nordeste Brasileiro que

ocorreu em 1923, e elaborou um registro da importância das questões agrícolas serem cuidadosamente estudadas.

Tais instituições, segundo os congressistas, seriam destinadas aos menores pobres das regiões rurais e, pasmem, aos do mundo urbano, desde que revelassem pendor para a agricultura. Suas finalidades estavam associadas à garantia, em cada região agrícola, de uma poderosa contribuição ao desenvolvimento agrícola e, ao mesmo tempo, à transformação de crianças indigentes em cidadãos prestimosos (BRASIL, 2012, p.11).

4.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Para comprovar essa afirmação, uma linha do tempo será traçada a partir de agora enfocando as ações que foram elaboradas e implantadas nesse sentido para entendermos o porquê de estarmos nesse patamar, ainda tão longe do ideal.

Apesar do Brasil ser considerado um país de origem agrária, houve no passado um descaso para com a educação do campo em comparação com o sistema educacional escolar direcionado para as áreas urbanas e como comprovação podemos informar que não houve abordagem sobre educação do campo nas constituições de 1824 e 1891.

O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia dois problemas de governança pública a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo (NASCIMENTO, 2009, p. 160).

Só a partir de 1934 é que apareceu uma citação muito vaga sobre a educação no meio rural e ainda assim de forma muito tímida e sem garantir nenhum direito especial nesse sentido, a seguir os trechos retirados do texto original, com as seguintes orientações transcritas, primeiro no artigo 121 parágrafo 4º:

§ 4o o trabalho agrícola será objecto de regulamentação especial, em que se attenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferencia na colonização e aproveitamento das terras publicas (BRASIL, 2012, p. 134).

E logo depois no artigo 156 está contemplando o seguinte: “Paragrapho unico. Para a realização do ensino nas zonas ruraes, a União reservará, no minimo, vinte

por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (BRASIL, 2012, p. 140).

Na constituição de 1937 evidencia que nada foi acrescentado para cessar esse descaso com a Educação do Campo. Desde a Proclamação da República em 1889 está estampada essa falta de políticas que contemplem esse nicho educacional e em comparação com o que ainda está faltando nos dias de hoje tem como entraves principais em ambas as épocas uma preocupação maior com a valorização industrial e a atenção direcionada para o cotidiano urbano em detrimento a outras formas de vivência laboral e educacional.

Acerca dessa exclusão há uma evidência afirmando que:

Após a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil sofreu influência da Filosofia positivista Francesa que teve como característica estimular e exaltar a industrialização moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade a exemplo dos que residem e produzem no campo (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 5).

O governo ao estabelecer o Estado Novo dá uma tímida atenção para a escola rural e cria a Sociedade Brasileira de Educação Rural (SBER), mas no artigo 129 da constituição de 1937 fica nítido o retrocesso no sistema educacional onde se vê claramente um adestramento dos jovens brasileiros para serem operários a serviço da economia nacional e de uma educação majoritariamente urbana.

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 2012, art.129).

Entre a realidade das escolas do campo e as escolas da cidade existe uma grande diferença, que podem ser explicadas com a trajetória histórica. O modelo de educação rural sempre esteve vinculado ao modelo sócio econômico adotado pelo Brasil, no ano de 1930 a educação rural passou a figurar em paralelo com processo

inicial de industrialização nacional, o que provocou uma crescente urbanização da população atraída para a cidade e isso desencadeou o êxodo rural.

Nesse contexto ela surge atrelada a ideia de modernização do campo e da necessidade de adaptar o camponês e suas práticas, pois estas se caracterizavam como modelos ultrapassados perante os novos padrões de agricultura que dariam suporte a indústria emergente, por trás disso estava a intenção de fixar a população campesina no campo e impor um novo papel pra essa parcela da sociedade.

Algumas ações a partir daí, passam a compor as políticas públicas voltadas para a educação oferecida aos camponeses, trazendo sempre a ideia de campo como lugar de atraso.

Nessa época alguns movimentos como o “Ruralismo Pedagógico” e a execução de ações, principalmente nos anos de 1940 e 1950, como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação para as Populações Rurais (CBAR), que contribuiu para a manter a estrutura educacional que tinha uma visão distorcida do campo brasileiro, que via a necessidade de fixar os camponeses na terra para que estes deixassem de lado a agricultura familiar e passassem a produzir em função da indústria um tipo de campo com tendências latifundiárias com ênfase na monocultura exportadora e tendo a cidade como padrão civilizatório a ser seguido (PEREIRA, 2016, p. 12-13).

Entre a sequência apresentada com as constituições vale intercalar algumas ações, que embora não fossem totalmente benéficas, foram mudando o cenário da educação do campo. Uma que merece ser citada é criação em 1940 da Associação de Créditos e Assistência Rural (ACAR) – atual EMATER – entidade que atua até hoje em vários estados brasileiros-instituição praticante de um extensionismo rural, mantida por investimentos americanos e procurando substituir a imagem de atraso da pessoa do campo por uma imagem nova. Para entender esse propósito devemos saber que:

[...] O trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. A base material da ação educativa da Extensão Rural era a empresa familiar. A família rural era a unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudar a si mesmo (e por isso eram entendidos como democráticos) deveriam surtir efeitos. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produtividade e consequentemente o bem estar social (FONSECA, 1985, p. 91).

Em 1942, as Leis Orgânicas ou Reforma Capanema propostas pelo ministro da educação Gustavo de Capanema que normatizam o ensino, mas claramente reforçam

as intenções elitistas. No ano de 1945 no pós-guerra o governo federal criou estas entidades com a suposta função de alavancar a educação rural, com estas entidades foram iniciadas as ações no sentido de:

Implantar projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de Centros de treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas), a realização de Semanas Ruralistas (debates, seminários, encontros, dia de campo, etc) e também a criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais (LEITE, 2002, p. 32).

Na nova Constituição Brasileira de 1946, apesar de existirem propostas para transformações significativas da educação de um modo geral, não existem ações que contribuam para uma educação do campo ideal. O que se vê é um apanhado de contradições dentro do próprio escopo do texto. Nos artigos 166, 167 e 168, nós temos esse paradigma de “dar com uma mão e tomar com a outra”, pois há lindas palavras propondo ações libertárias enquanto a seguir vemos orientações que dão margem a interpretações que não agregam nada para a educação do campo e sim observamos uma transferência da responsabilidade pela educação do campo às empresas agrícolas patronais, nesses artigos lemos que:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores; V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável (BRASIL, 2012, p. 88).

Das ações citadas acima como sendo intercaladas com os aparatos jurídicos, uma merece atenção especial, pois nesse contexto entrou no cenário educacional Brasileiro a figura icônica de Paulo Freire, em 1949 ocorre o Seminário Internacional de Educação de Adultos que propunha a criação de Missões Rurais com a incumbência de combater uma doença temível que era o analfabetismo. Olhando por

esse prisma, percebemos que aqui também há uma transferência de culpa que sugere que essa doença contagiosa se deve a condição de inferioridade do poder cognitivo do povo do campo. Donde surgem as sábias palavras de Freire pregando que “[...] o analfabetismo não é nem uma “chaga”, nem uma “erva daninha a ser erradicada”, nem tão pouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma situação social injusta.” (FREIRE, 2001a, p. 18).

Vale salientar que estes movimentos sociais mudaram significativamente a concepção de educação destinada à comunidade campesina, já que:

Diferente da visão adotada pela Educação Rural, marcada por um paradigma de educação urbano, tendo na adaptação ao trabalho na indústria e na doutrinação do trabalhador rural ao modelo de campo exploratório, voltado para o trabalho na monocultura latifundiária, os movimentos sociais passaram a reivindicar outra proposta de escolarização, na apropriação do conhecimento crítico e na luta por direitos e reforma agrária como principais bandeiras de luta. Neste sentido, por todo Brasil os movimentos sociais passaram a militar por uma sociedade mais justa, destacando neste período a atuação da chamada “Educação Popular”, no nordeste brasileiro, tendo como principal referência o professor Paulo Freire, além da atuação de outros movimentos e ações, como veremos mais à frente neste trabalho (PEREIRA, 2016, p. 14).

As entidades governamentais como o Serviço Social Rural (SSR) e pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), fundados respectivamente nos anos de 1952 e no ano de 1955, abandonariam a problemática da educação rural e perpetuariam a condição de precariedade. Essa falta de atenção do por parte do governo brasileiro frente à escolarização dos sujeitos do campo não passou despercebida por parte de alguns setores da sociedade civil. As décadas 50 e 60 foram marcados por fortes mobilizações populares que pediam mudanças na sociedade brasileira, fatalmente prejudicada pela desigualdade social (PEREIRA, 2016)

Outra dimensão do avanço do Movimento da Educação do Campo diz respeito à sua capacidade de aglutinar amplo e diversificado conjunto de movimentos do campo em torno de uma pauta coletiva de lutas. O avanço do capitalismo no campo exige desses movimentos estratégias cada vez mais eficientes de resistência para permanecerem em seus territórios, por isso, a ampliação e a articulação das lutas são ferramentas necessárias para o enfrentamento das várias contradições a serem superadas (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 23).

No texto da constituição de 1967, primeira constituição depois do golpe militar, existe a obrigatoriedade das empresas convencionais agrícolas e industriais

oferecerem ensino primário gratuito à seus empregados e filhos destes, mas como nas constituições de 1937 e 1946 não deixa claro as funções das empresas agrícolas e estipula apenas as funções das empresas comerciais e industriais no que se refere a oferecer em cooperação, aprendizagem aos trabalhadores menores. Só em 1969 com a promulgação de uma emenda, houve uma pequena mudança no texto, mas ainda não deixando claro, apenas estabelecendo a obrigatoriedade da participação das empresas e determinando que as empresas comerciais e industriais, além de dar condições de aprendizagem aos menores, deveriam também preparar todo seu efetivo de operários, de novo as empresas agrícolas ficaram de fora dessa ação (BRASIL, 2012, p. 17-18). Observe o texto original da constituição de 1967 onde fica estipulado que:

As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes. Parágrafo único - As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores (BRASIL, 2012, p. 132).

Em 11 de agosto de foi aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692/71, lá estava a educação do campo citada sutilmente, mas não amparada com a estrutura e contextualização necessárias para dar certo, mesmo referenciando ao currículo com uma parte comum e outra diversificada para atender peculiaridades locais e formação diferenciada para os professores. Teoricamente um espaço foi aberto para encaixar a educação do campo onde é previsto a adaptação do período de férias à época de plantio e colheita de safras e, se compararmos ao texto da Lei 4024/61, a 5692 repete o que foi disposto em relação à educação profissional. Há considerações acerca do trabalho do campo ser realizado pelos alunos atentando para o fato da convivência da lei que participava até da organização dos calendários. Atualmente o direito à educação escolar prevalece e o poder público estabelece programas de erradicação do trabalho infantil que afasta a criança da escola, todas as transformações ocorridas impactaram no campo, influenciaram decisivamente nas diretrizes e bases da oferta e do financiamento da educação escolar, porém as reivindicações não foram atendidas e as condições humanas e materiais insatisfatórias se distanciava cada vez mais dos anseios camponeses e nesse contexto surge a descentralização do sistema educacional colocando a educação rural nas mãos dos municípios (BRASIL, 2012, p. 25).

Até chegarmos à constituição de 88 o modelo econômico do governo militar coloca a população brasileira em maus lençóis e em especial o povo do campo fica na extrema pobreza. Em 1988 a nova constituição proclama a educação como direito de todos e dever do estado, colocando o direito à educação de uma forma abrangente sem distinção de área urbana ou rural. e em seu artigo 205 diz que:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 150).

Mesmo não se referindo a educação do campo deu um impulso muito grande para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e define políticas educativas para a área rural e as discussões nesse setor se intensificam.

4.2 A EDUCAÇÃO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A nossa Constituição Federal de 1988, que em 5 de outubro de 2019, completou 31 anos de existência, veio para estabelecer uma nova ordem democrática em um país que acabara de passar por uma ditadura militar. Chegou com a força de ter a alcunha de “cidadã”, pois estava marcada para instituir para os brasileiros diversos avanços nos direitos sociais com a fama de serem inalteráveis.

O enredo traçado aqui trilha o caminho de uma recapitulação histórico/sociológica do período da redemocratização, após a instauração da constituição brasileira de 1988, que passa pela eleição de Tancredo Neves até os dias atuais. Para falar de educação do campo é interessante falar também do que aconteceu nesse período com o setor maior do qual ela faz parte que é a Educação Brasileira.

No ano de 1988, após a morte de Tancredo Neves, José Sarney assume a Presidência da república e se propõe a liderar uma nação que estava desnordeada com o impacto da saída de regime militar para mergulhar na abertura política que poderia nos proporcionar uma democratização plena e tão sonhada. Notoriamente seria necessário estabelecer modelos sociais e econômicos que pudessem sobreviver a essa transição e concomitantemente solidificar a ideologia de uma nova constituição

que pudesse estabelecer um contexto favorável a implantação da tão sonhada democracia. Ainda com o país sob o comando de Sarney, a nova constituição foi aprovada e foi dada a largada para a longa jornada de redemocratização do Brasil, que ousou tachar como inconclusa devido a avanços e retrocessos que se intercalam ao longo dos anos. É nessa época que também surge no campo educacional diversas propostas de modelos educacionais que ressignificassem a escola na sua totalidade. Dentre essas propostas, que simplesmente estariam reforçando e validando a intencionalidade constituinte de 88, estavam uma maior valorização da profissão docente, a flexibilização das relações administrativas educacionais estabelecidas entre a união, os estados e os municípios para descentralizar a educação, inclusão das camadas menos favorecidas financeiramente, valorização da realidade local.

O desenvolvimento desses modelos educacionais se intensificou no governo de Fernando Collor de Mello (1990), mas com um aparato internacional neoconservador de princípios mercadológicos e profissionalizantes. Após o impedimento que afastou Collor da presidência em 1992, o então vice-presidente Itamar Franco deu continuidade a esse modelo de educação mercadológica. A seguir, em 1994, foi eleito como presidente Fernando Henrique Cardoso que alavancou sua popularidade em cima do plano real que ele havia criado como ministro da fazenda do governo anterior e mesmo com algumas ações em prol da educação não conseguiu reverter os impasses surgidos na tentativa de desenvolver o sistema educacional brasileiro. A redemocratização chegou ao âmbito do governo federal e a lógica anterior foi sendo alterada, vale salientar que:

As reformas educacionais ganharam impulso a partir de governos estaduais eleitos pelo voto direto, passaram pelas iniciativas dos governos municipais, e, finalmente, chegaram ao governo federal. Neste último caso, o Ministério da Educação contratou o ex-diretor da reforma educativa da Espanha, César Coll, como consultor na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o que significou uma mudança significativa nos objetivos e concepções que orientavam até então a ação governamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foi criado nos anos de 1997 e 1998 que em seguida em 1999 foi disposto para o ensino médio pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC), tem como objetivo, garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o

exercício da cidadania. O Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI) que é um documento elaborado pelo Ministério da Educação em 1998 com o objetivo de auxiliar o professor de educação infantil no trabalho educativo diário junto às crianças pequenas, servindo de base para as discussões entre profissionais da área em todo o país, não sendo, entretanto, de uso obrigatório. Certo é que na ânsia de acertar um modelo que ajuste de vez a educação brasileira os caminhos sempre levam a uma participação democrática, a esse respeito observe o que disse Ricci: Entendo que as reformas educacionais em curso no Brasil, que atinge grande parte dos governos municipais que implementam reformas educacionais desde os anos 90 e que inspiram nas concepções latinas, estariam no mesmo campo de preocupação e construção de políticas públicas de natureza participacionista ou caracterizada como democracia participativa. (RICCI, 2003)

O processo de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva coincidiu com a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 com objetivos previstos para os dez anos seguintes e que foi remodelado pelo governo de Lula que intencionava criar uma escola pública para todos que não se afastou totalmente dos modelos neoliberais, mas que estava carregado de ações benéficas de cunho social. O paradigma da educação brasileira na redemocratização se efetivou dentro de um Brasil que tinha em seu ideal uma necessidade de expansão econômica e tecnológica que não diferia de outras nações da contemporaneidade, portanto esse modelo de educação para todos também continuou a ser construído em cima de modelos internacionais utilizados desde 1980 com finalidades mercadológicas. Apesar de ter uma forte implicação populista o governo Lula não escapou da internacionalização do ensino brasileiro que feria princípios da constituição, esse modelo estava voltado para as expectativas internacionais, já que os recursos vinham do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

É válido lembrar que em todos os governos do período de redemocratização perpassaram teorias e concepções que contribuíram para mudar o construto da educação vigente. Em meio a essas mudanças que continuavam com um fundo de formação de mão- de- obra para indústria é que se acentuaram as influências de concepções pedagógicas que começaram a ser introduzidas no Brasil em meados dos anos 80, tais como o Construtivismo de Jean Piaget, a teoria do sócio- interacionismo

de Lev Semyonovich Vygotsky e o conceito das múltiplas inteligências de Haward Gardner. Existem situações que atrapalham até hoje a concretização dessas concepções e que estão ligadas a estrutura organizacional das escolas e sistemas educacionais do Brasil, tais como:

A organização do tempo escolar, a rigidez do tempo módulo-aula fixado em 50 minutos, o excesso de turmas de alunos para cada professor, o diminuto tempo de estudo coletivo para professores, a quase inexistência de programas de estudo em tempo integral, a ausência de programas de formação em serviço, tais déficits organizacionais colocam por terra as reformas educacionais que enfocam o acompanhamento do processo de aprendizagem e de formação humana. (RICCI, 2003, p. 103)

Além desses entraves organizacionais no seio da escola as mudanças não ocorreram só na esfera educacional, mas também sociologicamente nas estruturas familiares, os pais inseridos nesse arcabouço mercadológico “vendendo hora”, não têm mais tempo para os filhos e conseqüentemente sobrou para a escola o papel de educar e cuidar dos filhos. A escola passou a colocar na pauta diária as discussões de procedência familiar e os projetos tomaram o mesmo rumo sem um aporte da estrutura escolar e da perícia dos professores que não tinham formação para tal demanda, salientando que até hoje isso se revela um empecilho significativo na área.

Na esteira dessas mudanças educacionais surgiram também sistemas de avaliação que permitiu acompanhar o desenvolvimento com a obtenção de resultados por meio de avaliações sistematicamente desenvolvidas para esse propósito, que viabilizariam a aplicabilidade e o sucesso dessas novas concepções. A seguir cito os sistemas de avaliações mais importantes do Brasil. A primeira iniciativa brasileira em escala nacional que se aprofundou em conhecer o sistema educacional brasileiro foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ele começou a ser desenvolvido no final dos anos 80 e foi aplicado pela primeira vez em 1990. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que é vinculado ao Ministério da Educação, foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar os sistemas de ensino, mas se tornou sistema de vestibular a partir de sua incorporação aos programas de seleção para a universidade do Governo Federal, onde o desempenho por aluno se tornou critério para preencher vagas em faculdades privadas e públicas. Ele está incorporado a programas governamentais de apoio a classe estudantil como: Programa Universidade para Todos (PROUNI) a partir de 2004, como um dos

requisitos para conseguir bolsas de estudo em universidades privadas. No entanto, a partir de 2010, o caráter de vestibular foi intensificado, quando a nota passou a ser utilizada como único critério de seleção via Sistema de Seleção Unificado (SISU). A partir de 2014 com o propósito de assegurar financiamento para o custo das instituições superiores privadas, os resultados passaram a integrar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A única diferença com o SAEB é que o ENEM é opcional, os estudantes precisam se inscrever se desejarem fazer a prova. A Prova Brasil foi criada em 2005 e define o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por escola, por município, por estado e nacional. No ano de sua criação, a média nacional do IDEB foi de 3,8 pontos, numa escala até dez.

Houve durante a redemocratização algumas reformas significativas atreladas aos acontecimentos mundiais, nos anos de 1990 a tendência apontou para um mundial espírito de reforma na educação e foi nesse contexto que nesse mesmo ano ocorre a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, Tailândia, de 05 a 09 de março. Na ocasião surgiu um projeto educacional mundial financiado pela UNESCO e UNICEF, ambas da Organização das Nações Unidas, tendo como objetivo primordial a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. A respeito da Conferência convém saber que:

Além de representantes de 155 governos que subscreveram a Declaração de Jomtien, ali aprovada, comprometendo-se a assegurar uma “educação básica de qualidade” a crianças, jovens e adultos, dela participaram agências internacionais, organizações não-governamentais, associações profissionais e destacadas personalidades na área da educação em nível mundial. O Brasil, como um signatário entre aqueles com a maior taxa de analfabetismo do mundo, foi instado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela UNESCO (FRIGOTTO, 2003, p. 98).

Dentro desse prisma de democracia de década de 90, até hoje me pergunto: com todo o potencial humano, tecnológico e intelectual do Brasil por que a educação não se sustentou com as próprias pernas? Por que importar políticas educacionais alheias? O governo FHC foi construído em cima de um neoliberalismo econômico, de um neotecnicismo educacional e subordinado as agências financiadoras internacionais fadado a atender as exigências mercadológicas mundiais. Nessa época foi dito que quem está à frente de trajar o Brasil no estilo do modismo da ideologia de mercado mundial:

É o governo Cardoso que pela primeira vez em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do estado. Dilui-se, dessa forma o sentido de público e o estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado (FRIGOTTO, 2003, p. 107).

Não era de se admirar que essa submissão ao mercado mundial se desse de maneira tão mansa, o nosso Ministro de Educação da época era Paulo Renato de Souza, ficou por oito anos à frente do Ministério e tinha em seu currículo o histórico de Consultor do Banco Mundial (BIRD).

A exemplo de outros programas de apoio a educação surgiu na mesma época o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNTE), que efetua o repasse de recursos do FNDE aos municípios para a aquisição de veículos, no intuito de minimizar as distâncias do aluno à escola. Cria-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o objetivo de distribuir obras literárias e de referência às escolas de Ensino Fundamental da rede pública e ainda para encobrir as deficiências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Surge em 1995 o Programa Nacional Saúde do Escolar (PNSE), A partir do programa governamental “Comunidade Solidária”, com o objetivo de desenvolver ações de saúde para resolver problemas relacionados a aprendizagem de alunos pobres das capitais. Além desses, um dos destaques foi a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que possibilitou a transferência de recursos da união diretamente às escolas, esse programa atende as exigências da “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” de descentralização da gestão educacional. Mesmo que essa gestão não conseguisse a descentralização vale a pena ressaltar que:

O objetivo desse programa, além de melhorar a qualidade do ensino fundamental, é envolver a comunidade escolar a fim de otimizar a aplicação de recursos. As escolas os recebem de acordo sua localização regional e com o número de alunos conforme dados do Censo Educacional (LIBÂNEO, 2007, p. 185).

Embora tenha criado tantos programas a favor da educação, houve passagens negativas no governo FHC dentre elas posso citar o fim do financiamento público para diversas modalidades de ensino, a má gerência dos recursos causaram danos na Educação Básica, a Educação Infantil passou para o comando dos municípios, muito deles sobreviviam quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos

Municípios (FPM) sem o apoio da união não conseguiam investir na área. Outra criação foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), os recursos do chamado Fundão deveriam ser aplicados 60% em pagamento de professores e os outros 40% em manutenção do sistema. O FUNDEF Criado em 1996 pela Lei 9.424, seria financiado pelos recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O FUNDEF:

Como o próprio nome indica, ele deve ser usado apenas no ensino fundamental, que é obrigatório e constitui dever do estado e para a valorização do magistério. A Lei que o criou a 9.424/96, estabelece que 15% do FPE (ou do FPM, para os municípios), do IPI exportação e do ICMS devem ser usados para o ensino fundamental, levando em conta os alunos matriculados em cada sistema de ensino e o custo mínimo anual por aluno (LIBÂNEO, 2007, p. 197).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a LDB anterior (4024/61) foi considerada ultrapassada e debates sobre a implantação de uma nova LDB foi concluído em 1996. A LDB nova (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Constitui-se em uma nova bandeira erguida a favor da educação e prevê entre outras coisas a formulação do Plano Nacional de Educação que só foi concretizado no final do governo em 2001, abaixo está exposto os princípios básicos da nova LDB:

- I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
 - II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII – valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei;
 - IX – Garantia de padrão de qualidade;
 - X – Valorização da experiência extra-escolar;
 - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL, 2007, p. 03)

Apesar da obrigação de se criar um plano nacional de educação explicitado na LDB em seu artigo 87, §1º, FHC não conseguiu construir o plano em tempo hábil. O que deu para ser feito nesse tempo foi concluído em 2001, após 05 anos de vigência da

LDB o PNE de 2001-2010 ficou inacabado, a tarefa de dar um rumo certo para esse plano ficou a cargo do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula, eleito em 2002, estipulou para a educação diversas mudanças em todas as modalidades de ensino. “Uma Escola do Tamanho do Brasil” era um nome de peso para um programa que pretendia levar educação em todas as partes do país. O governo remodelou as mudanças contextualizadas com a realidade brasileira, ou seja, levando em conta a necessidade do povo, um projeto feito para celebrar a democracia de acessibilidade e:

Para garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedecerá a três diretrizes gerais: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da redemocratização da gestão (LIBÂNEO, 2007, p. 209)

O governo Lula indicava o alcance desse projeto sempre acompanhado de questões humanitárias nas pautas educacionais e a redução da pobreza junto com a inclusão social era o “carro chefe” das ações educacionais no Brasil. Mesmo com a permanência de resquícios de projetos do governo passado e com a participação estrangeira nas ações educativas, marcas de inclusão social ficaram visíveis nesse período. A economia que dita a evolução da educação brasileira e a submissão ao internacionalismo está intimamente ligado ao financiamento que satisfaz as necessidades do país por uma reconstrução, a instrução é limitada no sentido democrático e humanitário, por isso é impelida a se acomodar na dependência da produção industrial capitalista. O protagonismo dos menos favorecidos ainda não é o ideal e não viram ainda a totalização de sua realidade refletida nas reformas educacionais do período de redemocratização.

4.3 MARCOS NORMATIVOS ATUAIS QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Estamos desde a década de 1990 vendo uma ampliação significativa dos processos de construção da educação do campo nas agendas públicas e assistindo um protagonismo da pessoa do campo no cenário educacional.

Quando imaginamos a relação entre o contingente rural e urbano, tudo leva ao fato de que quando foram direcionadas as primeiras considerações referentes à

educação existiam muito mais moradores da área rural do que urbana e não houve nenhuma ação que contemplasse a educação rural, agora se levarmos em consideração esse fato podemos constatar que se relacionarmos com o contingente rural, o que existe hoje são grandes avanços na educação do campo e que apesar de haver algumas lacunas nesse setor a serem preenchidas, estamos caminhando e evoluindo no quesito marcos normativos por exemplo.

Pode-se considerar como avanços as conquistas alcançadas no âmbito da garantia do direito à educação para os camponeses; os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras; o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições a partir da criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 21).

Além do mais, todas as lutas nacionais, estaduais e municipais resultaram um conjunto de instrumentos normativos extremamente importantes para o estabelecimento desses avanços e para a legitimação dos direitos à educação adquiridos, dentre os quais podemos citar: As Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008.); O Parecer nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância (também homologado pela CEB); O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Dentre os marcos legais mais importantes conquistados, está o Decreto nº 7.352/2010 alavancou a Educação do Campo ao patamar de política de Estado agregando um valor duradouro. O ápice dessa conquista se confirma no Art. 1º onde afirma que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010, p. 81)

Este agente documental providencial leva em conta todas as especificidades da realidade campesina para propor elementos facilitadores para as condições de vida e de produção de toda a diversidade que existe na área rural brasileira:

[...] § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p. 81)

Requer que entre em cena para manter, perpetuar e aprimorar esses marcos normativos a força do povo, a força dos sindicatos e o nosso poder acadêmico para fazer intervenções e pressões constantes para que a evolução não cesse. A cobrança junto ao governo Federal, Estadual e Municipal acaba por explorar as possibilidades de aprimoramento e colocar em cena todas as instâncias que veem na educação do campo uma saída para construir o sucesso da pessoa do campo e consequentemente garantir o alimento para toda a sociedade, já que o campo é o nosso celeiro. Juntos e lutando, esses movimentos sociais fazem acontecer programas como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) que apesar de sofrerem com a falta de recursos e padecerem na máquina burocrática são o que há de melhor para concretizar o sonho de uma educação do campo promissora, como exemplo é justo salientar que:

Em função das metodologias usadas para seu desenvolvimento, a execução desses programas necessariamente requer a presença das universidades públicas em diferentes âmbitos de atuação. Como consequência da participação das universidades nas ações de formação demandadas pelo Movimento da Educação do Campo, foram se constituindo e se consolidando vários grupos de pesquisa sobre a temática, inclusive com a criação de linhas de pesquisa de mestrado e doutorado em algumas instituições. Outro relevante espaço de pesquisa foram os Observatórios de Educação do Campo, implantados em várias universidades federais em função de editais Capes/ Inep. Ainda no âmbito da produção de conhecimento, uma Cátedra Unesco de Educação do Campo foi concedida à Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), em 2009 (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 23).

Uma dimensão que emociona é relativa à união do campesinato, várias comunidades se aglutinam num movimento convincente em torno de um propósito, as investidas sufocantes do agronegócio encontram na pessoa do campo uma barreira intransponível de ideologias e o abraço das universidades se torna um guerreiro a mais nessa batalha. Uma representação fiel dessa resistência está estampada na figura suprema do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em uma trajetória construída, estrutura há muitos anos a reforma agrária e sendo atuante

na Educação do Campo. Existe a preocupação recorrente de que todas as ações desses programas se concretizem e os benefícios cheguem a todos:

Porém, ainda que esses programas sejam avanços no sentido de representarem estratégias que articulam princípios e práticas de Educação do Campo, persiste o grande desafio de fazê-la chegar às mais de 78 mil escolas de educação básica existentes no meio rural e às mais de 6,3 milhões matrículas que comportam, conforme dados do Inep de 2010, as concepções e princípios do Movimento da Educação do Campo (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 24)

4.4 PANORAMA HISTÓRICO DA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA EDUCATIVA DO CAMPO BASEADA NO MODELO IMPORTADO

Como se trata de uma questão muito séria não poderia deixar um histórico sobre a formação da educação no campo existir sem esclarecer e informar neste início de subitem que há uma diferença entre Educação “NO” Campo e Educação “DO” Campo. Segundo Souza e Fernandes (2009) a educação “no campo” expressa um vínculo espacial com o lugar onde vive a pessoa do campo e o termo “do campo” refere-se à escola e à educação totalmente contextualizadas com a cultura das pessoas do campo, que valorize a identidade camponesa, congregando a pluralidade das ideias e concepções pedagógicas. A escola na qual foi realizada a pesquisa localiza-se em um assentamento, no entanto a organização curricular ainda está parcialmente ligada as mesmas bases presentes na escola urbana, mas com algumas ressalvas. Os professores e a gestão não medem esforços para aproximar a escola ao máximo da realidade campesina.

Para simplificar, podemos pensar que quando o currículo, o projeto político-pedagógico, os materiais didáticos e os saberes urbanos são inseridos na escola rural sem levar em consideração a realidade local refere-se a definição de “NO” campo, já quando a escola é pensada para a pessoa do campo respeitando sua cultura, seus etnosaberes e preza pelo desenvolvimento atrelado a sua realidade refere-se à definição “DO” campo, entretanto quando a educação é realizada em uma escola localizada “NO” campo com todos os atributos citados na definição “DO” campo, podemos utilizar o termo Educação “NO/DO” campo. Para a apreensão desse conceito carece entendermos também que:

[...]. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no

sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p. 23).

Nesse modelo de escola do campo está incluída a ideologia de um ensino que possa construir o pensamento crítico de acordo com a identidade da juventude campesina herdeira da propriedade rural, o Brasil precisava de um modelo de educação do campo voltado para o meio rural que desmanchasse esse estigma de discriminação.

Em 1969 o primeiro modelo promissor de Educação do Campo foi implantado como experiência no estado do Espírito Santo, tratava-se de um modelo que já vinha sendo aplicado na França, Itália e Espanha. Trata-se da pedagogia da alternância que surgiu na França em 1935, alimentada pela iniciativa do Padre Granereau. Tal iniciativa se espalhou pelas comunidades católicas de outros países como a do Jesuíta Humberto Pietrogrande na Itália e no Brasil; essa metodologia começou a ser explorada a partir de 1968 no Espírito Santo onde surgiram as primeiras escolas dessa pedagogia amparadas no trabalho pioneiro do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) (NOSELLA, 2014, p. 45).

A alternância tem um conceito educacional muito rico e dinâmico e como estrutura significativa:

Sugerem-se, em seguida, razões práticas que justificam essa alternância, como por ex.: a poupança de tempo por parte do aluno que não precisa mais ir e voltar de sua casa para a escola todo dia (as residências dos agricultores no interior ficam muito isoladas e longe da escola); a substituição da interrupção diária de seu trabalho na lavoura por um ritmo mais lógico e respeitoso dos tempos e necessidades da agricultura e, finalmente, a utilização das horas noturnas (serões) que, com o internato, tornam-se momentos preciosos para a formação (NOSELLA, 2014, p. 85).

A característica mais importante reside no fato do processo formativo se dar em forma de alternância, sendo um período realizado na escola e um outro período de permanência na vida familiar, para que se dê essa aprendizagem, um plano foi elaborado como se explica a seguir:

O Plano de Estudo é o instrumento pedagógico fundamental da Escola-Família; é a pedagogização da alternância; é a forma concreta de efetivar as potencialidades educativas da alternância; é o veículo que leva para a vida as reflexões, as questões, as conclusões (...). O Plano de Estudo é um guia (questionário) elaborado pelos alunos juntamente com a equipe dos professores, ao findar uma semana de aula, a fim de investigar, com seus

pais, um aspecto da realidade cotidiana da família, seu meio e suas vivências. As respostas ao Plano de Estudo, que o aluno anota em seu caderno de propriedade ou do lar, são postas em comum ao voltar à Escola no início da nova sessão de aula (NOSELLA, 2014, p. 86).

Após o período de amadurecimento e adaptação a nossa realidade que se deu no final da década de 1960, o modelo de Escola Família Agrícola (EFA) com a pretensão de ser uma alternativa para substituir o ensino tradicional e propõe não apenas resolver problemas da área rural, mas também ser um modelo a ser seguido pelo sistema educacional de uma forma geral.

O interesse que suscita uma nova iniciativa educacional para o mundo rural decorre da evidente crise do ensino do meio rural e, num sentido mais geral, da própria crise do homem contemporâneo com relação à terra. Se a crise da escola é universalmente proclamada, a crise da escola do meio rural é ainda mais evidente, embora suas conotações específicas sejam menos claras. Em todo caso, o interesse para novas alternativas educacionais, hoje, é muito forte (NOSELLA, 2014, p. 35).

Para fechar o ciclo de aprendizagem agrega-se o valor de um sistema avaliativo interessante chamado de “Sinopse geral da avaliação” onde:

Avalia-se tudo: as estruturas da escola (alternância, ambiente educativo, participação dos pais), as atitudes dos alunos (participação, responsabilidade, iniciativa, etc.), as aptidões dos alunos (pasta pessoal, observação, informação, exercícios de casa, etc.), a aprendizagem dos alunos (as disciplinas). Da alternância, avalia-se o Plano de Estudo, a integração e participação do aluno na comunidade local. Do ambiente educativo avalia-se a capacitação e integração dos monitores, a observância das normas do Regimento Interno, a conservação do prédio, a administração da propriedade e a integração da escola com a comunidade local. Da participação dos pais avalia-se a empatia, a informação, os encontros, a expressão, os compromissos e responsabilidades (NOSELLA, 2014, p. 90)

Mesmo estando com problemas de estrutura, recursos e de políticas públicas favoráveis, podemos chegar à conclusão que a nossa Educação do Campo na atualidade conta com bons exemplos a serem seguidos e contando com as diversidades existentes em nosso país, todas as adaptações possíveis e imagináveis que existem em nosso território dão conta de um montante de experiências transformativas que adquiriu uma vida própria em termos de autonomia educativa e didático/pedagógica e os avanços apesar de ainda não serem suficientes para propor uma educação do campo exemplar, servem para vislumbrar uma possibilidade de construir uma história vitoriosa.

4.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A evolução da Educação do Campo e os marcos normativos que regulamenta e dá um norte para as ações que faz tudo acontecer, foram abordados neste capítulo com a importância de ser parte primordial para se entender todo o processo educacional no setor. Todo aparato burocrático que cerca todas as ações, faz parte da esfera governamental que direciona e nutre todo sistema, sem esse elemento nada aconteceria.

Ao perceber o caminho percorrido até os dias atuais percebemos avanços que mesmo estando aquém do esperado, constitui-se ganho significativo e resultado de muita luta, mas resta a mágoa pela perda da SECADI que traçava caminhos com firmeza e amparada em uma ideologia de inclusão com ações que favoreciam as minorias e nutria a esperança de relevantes progressos. Apesar da pedagogia da alternância não ser o foco desse trabalho, neste capítulo foi de muita valia fazer referência por se tratar de um modelo eficiente e que faz parte das primeiras experiências em Educação do Campo que deram bons resultados.

Partindo do macro para o micro, este capítulo acaba servindo de elo para entendermos a história do local do objeto de pesquisa, a escola investigada, que será retratada no próximo capítulo como um lugar que pratica uma educação inclusiva com ações voltadas para a realidade local, a pessoa do campo é ensinada com as coisas do campo. Uma revisão histórica do pensamento educacional que expõe a educação no Brasil nos períodos de redemocratização posterior a queda do regime militar e a promulgação da constituição de 88, servem de base para entendermos a atual crise educacional brasileira. Mesmo em meio a tantas reformas e mudanças, a dominação dos agentes financeiros internacionais não foi afastada da construção do nosso desejo de uma educação de qualidade para o nosso país. Lembrando que essa abertura política aos estrangeiros foi fortalecida pelos governos democráticos instituídos pelo nosso voto na pós- ditadura. Entre o material humano e o estrutural está traçado um caminho para que se entenda o quão fértil é esse espaço educacional e como as situações das práticas de ensino estão bem encaixadas no ideal campestino e favorece o desenrolar do projeto de pesquisa.

5 A SATISFAÇÃO DE TER A MATEMÁTICA COMO PANO DE FUNDO PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A convicção fundamental de que a matemática dentro da educação do campo possa trazer benéficos e motivadores elementos para compor a luta contra o êxodo rural e questões identitárias entra nesse capítulo com um panorama aconselhador e esclarecedor, a pessoa do campo, em formação no ensino fundamental da E.M.R. São Joaquim P.E., que tenho em mente se dá muito bem com a matemática exposta e num futuro próximo não deverá estar interessada em modismos e temporadas de tentativas de projetos mirabolantes e nem será um mero reclamador de ações sem imaginação e destituído de desenvoltura operacional. Este capítulo pretende apresentar uma matemática integrada a vida escolar de uma criança que poderá se tornar uma pessoa que acentua uma relação com meio rural extremamente criativa que conduz as ações continuadas, mutuamente lucrativas e ecologicamente sustentáveis.

Um “mundo” de possibilidades que se apresenta no bojo da matemática vem com a suave sensação de que não se sente a necessidade de uma mudança radical ou de um efêmero elemento paliativo, mas sim de uma intervenção que possa trazer mudanças significativas e que não coloque esse trabalho em dívida com o ideal campesino. O aparecimento de aspectos desafiadores e excitantes à luz da etnomatemática e a despeito do potencial desse trabalho, devem influenciar indivíduos que reconhecem que os princípios adotados para a reafirmação do “rural” não perpassam por um lugar de “riqueza” material, mas por um prisma de relações éticas e humanitárias. O enredo imagético que foi se desgastando lentamente por vários anos, talvez possa ser agora reestabelecido como uma teia de sucesso tanto no setor educativo quanto no setor laborioso, e o que é melhor, pautado no próprio construto social rural. As ações das crianças podem ainda não serem ideais para os propósitos dos objetivos desse trabalho e não serão até que o conhecimento adquirido por meio do saber/fazer redefina a sua prática entre tempo escola e tempo comunidade, mas tenho a convicção que a prática e a consciência desenvolvida mediante essa prática será decisiva na composição desse indivíduo que terá uma nova consciência do modo de agir campesino e nesse sentido vale ressaltar que: A consciência é o impulsionador da ação do homem em direção à sua sobrevivência e transcendência, ao seu saber fazendo e fazer sabendo. O conhecimento é o gerador

do saber, que vai, por sua vez, ser decisivo para ação, e por conseguinte é no comportamento, na prática, no fazer que se avalia, redefine e reconstrói o conhecimento. O processo de aquisição do conhecimento é, portanto, essa relação dialética saber/fazer, impulsionado pela consciência, e se realiza em várias dimensões (D'AMBRÓSIO, 2009).

A favor da decência de se ter um aparato simples e de fácil acesso pode-se dizer que está uma explicação que veio de uma professora ao discutir a essência da etnomatemática: “essa própria palavra encerra em si mesma um mundo de possibilidades tão dinâmico quanto a necessidade de respirar, matar a fome ou a sede”, essa declaração me embeveceu a alma poética a ponto de entender que esse “mundo” traz uma matemática, não de cascas, mas de entranhas que se confunde histórica e filosoficamente com tudo que está a nossa volta e que no tempo, nas necessidades e nos convencimentos a cada palmo de chão flui com um significado de resolver algo. Quando falo enfaticamente em êxodo rural, sobre o dorso da matemática que me leva, não é com o objetivo puro e simples de eliminar esse “velho” fenômeno, mas é na esperança de ter com quem conversar nas entrelinhas das batalhas de ficar no campo. A etnomatemática é o elemento que fala a mesma língua dos anseios campestres, está no riso, no cifrão, no progresso, na natureza preservada, está na roça e na aula preparada.

Historicamente é fácil encontrar quem pense que a matemática de hoje não descende da matemática de antigamente, é como se constatássemos que ensinar hoje é perigoso se pensarmos no que foi ensinado ontem. Há respostas na matemática e estas construídas no seio de onde se necessita dela, comporta o máximo de excelência, a contextualização não pode esbarrar ou se dissolver em perguntas de desinteresse tais como: para que preciso disso que me é ensinado? Onde vou usar isso que estou aprendendo? Se na profissão que espero exercer um dia não vou precisar de matemática, por que insiste em me ensinar? Por que você não me ensina o que eu gosto? ... etc.

A necessidade de aprender a matemática dentro de uma realidade local e respaldada pela naturalidade de usá-la no cotidiano, pode facilitar a contextualização e por conseguinte a aceitação como elemento constitutivo da lida rural. A dificuldade de se contextualizar a matemática com as ações cotidianas é tão antiga quanto as necessidades e urgências para as quais ela foi criada para sanar e dentro da realidade rural há um mundo de possibilidades supracitados. Há uma possibilidade que circula

no senso comum a ser observada, recorrente nas conversas dos corredores das escolas rurais, que diz respeito ao pensamento de que há um suposto marasmo da matemática escolar de um modo geral, mas que em contrapartida há um dinamismo na matemática campesina. D'Ambrósio fala sobre essa falta de motivação gerada pela contextualização, mas não atesta que isso não ocorre nas escolas rurais, pois penso que isso depende de muitos fatores que envolvem formação docente, postura gestacional favorável, políticas públicas e recurso estrutural, tanto na cidade quanto no campo há possibilidades de se ensinar uma matemática viva. De uma forma generalizada ele afirma que “Do ponto de vista de motivação contextualizada, a matemática que se ensina hoje nas escolas é morta” (D'AMBRÓSIO, 2009, p. 31).

5.1 PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ETNOMATEMÁTICA

Dentre todas as possibilidades de encontrar uma abordagem em que eu pudesse mediar o processo de construção do conhecimento de maneira prazerosa, preservar ou até mesmo reafirmar as identidades das crianças, a etnomatemática prevaleceu como ótimo instrumento racional e de inspiração em todos os aspectos observados (promoção dos valores, contextualização, aceitação, diversidade, estrutura e recursos).

Para falar compreensivelmente desta matemática dentro da educação do campo com esse fluxo volumoso de situações práticas certamente não é fácil, mas a pesquisa coordenada eficientemente dentro de um viés dialógico propõe um trabalho de união entre a substância laboral, os números e as ações pedagógicas que torna tudo mais fácil. Tudo isso elaborado periodicamente com intencionalidade dirigida à realidade campesina casa perfeitamente com os propósitos da matemática. Igualmente compreensível é a popular aceitação de todas as operações matemáticas imbricadas nas ações tão corriqueiras e normais do cotidiano rural. Essa força produtora de conhecimento presente nesse estilo de aprendizagem vem sistematicamente conceituada na afirmação apresentada por D'Ambrósio que diz o seguinte:

A abordagem a distintas formas de conhecer é a essência do programa etnomatemática. Na verdade, diferentemente do que sugere o nome, etnomatemática não é apenas o estudo de “matemáticas das diversas etnias”. Para compor a palavra *etnomatemática* utilizei as raízes *tica*, *matemae* *etno* para significar que há várias maneiras, técnicas, habilidades(*tica*) de explicar,

de entender, de lidar e conviver(*matema*) com distintos contextos naturais e socioeconômicos da realidade(*etno*) (D'AMBROSIO, 2009, p. 111)

Mais adiante D'Ambrosio (2009) diz também que a disciplina matemática originou-se na verdade de uma etnomatemática que surgiu na Europa, recebeu contribuições das civilizações indiana e islâmica e foi disseminada em todo mundo no período colonial. Essa matemática adquiriu a forma atual nos séculos XVI e XVII e desde então com a predominância das tecnologias modernas e da ciência se encontra em um patamar de universalidade.

Apesar de ser com definições bem diferentes da que entendemos por etnomatemática na atualidade, à partir do anos finais do século XIX alguns etnógrafos se referiam a vários estudos na área científica utilizando da palavra etnociência e dessa palavras vários outros termos conceituais relacionados foram surgindo, tais como: etnoastronomia, etnozoologia, etnobotânica, etnolinguística, etc. Todas essas ramificações estavam ligadas intimamente com o prefixo “etno” por serem pesquisadas dentro de uma determinada comunidade que tinha suas peculiaridades culturais (rituais, alimentação, linguagem, vestimentas, hábitos sociais, plantio, colheita, etc) próprias de seu povo e passadas de geração para geração. Como um exemplo bem claro dessa situação, posso citar as inúmeras tribos indígenas existentes no Brasil e que têm na sua prática cotidiana o uso da matemática particularmente originada de suas necessidades e experiências, além disso temos também as comunidades de povos tradicionais tais como os assentamentos, os quilombos, os faxinais⁷, a comunidade yuba⁸, etc

Para um entendimento do panorama da etnomatemática recorro ao texto de Miarka (2011) que traz em sua estrutura uma entrevista de cunho fenomenológico, com contribuições de cinco autores significativos para a linha de pesquisa: Bill Barton, Eduardo Sebastiani, GelsaKnijnik, PaulusGerdes e Ubiratan D'Ambrosio. Ele afirma que atribuem a D'Ambrosio a criação da linha de pesquisa em etnomatemática, por conta de uma palestra feita em 1984 na conferência de abertura do 5º Congresso Internacional em Educação Matemática, onde apresentou uma nova perspectiva de refletir a respeito de uma matemática praticada por grupos étnicos, que vem a ser a etnomatemática. Contudo, é bom salientar que as pesquisas relacionadas as relações

⁷Estas comunidades caracterizam-se pelo uso comum de terras para plantio e criação de animais em espaços cercados que são a base do sustento familiar e comunitário

⁸A Associação Comunidade Yuba é uma comunidade agrícola localizada em Mirandópolis- SP (a 600 quilômetros da capital paulista) formada por cerca de sessenta nipo-brasileiros oriundos de vinte famílias.

entre matemática e grupos étnicos já existiam, essa ciência por ser praticada por grupos de indivíduos se torna humanamente impossível entender o seu desenvolvimento e a sua eficácia sem se aprofundar nas entranhas sociológicas e levar em consideração o movimento das pessoas que compõem esse grupo. Portanto, o estudo do nascimento da etnomatemática sacudiu estudiosos matemáticos que se dedicaram a desvendar esse movimento, a seguir uma relação de pesquisadores renomados nos coloca ao par da linha do tempo que nos apresenta as primeiras expressões conceituais que deram origem ao que hoje chamamos de etnomatemática.

Gerdes (1989) nos descreve como os pesquisadores usam uma linguagem metafórica para tentam dar um sinônimo para etnomatemática caracterizando um pré-paradigma. Algumas dessas expressões metafóricas que aparecem na literatura para denominar a etnomatemática foram: (Zaslowsky 1973) -Com a expressão “Sóciomatemática” (Metáfora morta); (D'Ambrosio 1982) - Com a expressão “Matemática espontânea”- considerada metáfora viva, pois a palavra “espontânea significa o que se desenvolve ou vegeta sem intervenção humana”; (Posner 1982) - Com a expressão “Matemática informal” que é uma metáfora morta, pois já está bem caracterizado o que é formal, apesar da temporalidade influir no que é formal em Matemática; (Caraher 1982, Kane 1987) –Com a expressão “Matemática oral” (metáfora morta); (Gerdes 1982) –Com a expressão “Matemática oprimida”(metáfora viva); (Caraher 1982, Gerdes 1985, Harris 1987) –Com a expressão “Matemática não padronizada” que é considerada uma metáfora morta levando em consideração a temporalidade e o padrão dentro da Matemática; (Gerdes 1982/1985) –Com a expressão “Matemática escondida ou congelada”. metáfora viva; (Melin-Olsen1986)- Com a expressão “Matemática popular ou do povo”(metáfora viva); (Sebastiani 1987) – Com a expressão “Matemática Codificada no Saber-fazer” metáfora viva. A partir do conhecimento dessas expressões temos um início de entendimento do que vem a ser etnomatemática, desde então essa área de pesquisa evoluiu muito e existe uma rede de pesquisadores articulada em todo mundo, mas a polêmica ainda existe sobre o que realmente é a etnomatemática.

Se por um lado podemos falar em um acento etnomatemático, um movimento etnomatemático e mesmo uma filosofia etnomatemática, garantida sua caracterização como paradigma, ainda não temos uma definição do que venha a ser a Etnomatemática, ou seja, ainda não é uma teoria, concordando

mais uma vez com Kuhn de que o “paradigma já existe quando a teoria ainda não existe”. (SEBASTIANI, 1991, p. 6)

De acordo com Sebastiani (1991) existem três visões distintas da etnomatemática: primeira- ela pode ser encarada como parte integrante da etnociência e consequentemente fazendo parte da pesquisa em antropologia; segunda- ela pode ser encarada como uma pesquisa dentro da história da matemática e esta visão encontra refúgio dentro da comunidade científica; terceira- ela pode ser encarada como uma abordagem educacional e é nessa terceira visão que Sebastiani se põe a pesquisar a etnomatemática e a sua evolução como uma teoria de ensino.

Dentro da linha de pesquisa em educação matemática há uma flexibilização quanto a localização da etnomatemática dentro dessa região investigativa, basta observarmos de que modo ela está presente nos dois maiores eventos da área, a saber, o Encontro Nacional de Educação Matemática(ENEM) e o Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM), a etnomatemática dentro do ENEM faz parte dos grupos de trabalho que desenvolvem pesquisas em “Educação Matemática e Sociedade”; já no SIPEM ela está presente nos grupos de estudo que desenvolvem pesquisas na área “História da Matemática e Cultura. Ao ser incluída de formas diferentes dentro desses eventos científicos de tamanha importância, pode nos levar a crer que existam também diferentes concepções conceituais relativas a etnomatemática. Essa flexibilização encontramos também na literatura referente a etnomatemática, onde podem ser encontradas diversas correntes de em que se encaixam um entendimento implícito do que é a etnomatemática. Existem referências ligadas a etnomatemática dentro da dimensão ética, política, histórica, social e cultural que são importantes, mas que nem sempre esclarecem qual a real função na relação com os questionamentos da própria matemática, haja visto que existem críticas a respeito e diversas formas de abordar conceitos inerentes a essa linha de pesquisa (MIARKA, 2011).

Polêmicas de lado, apoiado em D'Ambrosio (2009) constantemente imagino de que maneira a etnomatemática na sala de aula pode agregar, de maneira decisória, valores a educação do campo. Notoriamente matematizar o conhecimento científico não é tão difícil e fugir das teorias de aprendizagens ultrapassadas e da história tradicional distorcida pode ser um bom caminho para propor uma contextualização inesgotável. Talvez, o mais difícil seja possa atender aos anseios imediatos de uma matemática laboral e utilitária na lida rural ou atender aos anseios de alunos que

tenham um desafio intelectual mais sofisticado. Manter um equilíbrio entre esses dois aspectos pode ser uma excelente estratégia para recuperar o prestígio e o interesse, por parte dos alunos, pela educação matemática. Suposições, indagações, testes, currículos, metodologias, etc, fazem parte do rol de ações pedagógicas dos docentes e dentre essas ações que as vezes funcionam e as vezes não, está a motivação docente que não pode exaurir, pois:

O grande desafio é desenvolver um programa dinâmico, apresentando a ciência de hoje relacionada a problemas de hoje e ao interesse dos alunos. Não é difícil dar uma fundamentação teórica a necessidade de um tal enfoque. Mas como levar isso à prática? Que tipo de professor será capaz de conduzir um currículo dinâmico? (D'AMBROSIO, 2009, p. 32-33).

É imperativo que haja o bom senso de ser um mediador na sala de aula sempre pensando nessas indagações como forma de nortear uma prática que seja condizente com a diversidade, equidade e uma formação integral. Os ensinamentos que são direcionados as crianças na E.M.R. São Joaquim P.E. estão intrinsicamente ligados ao contexto específico do campo. Essa intencionalidade também caminha com as hipóteses teóricas e práticas exploradas pelo corpo docente com o intuito de orientar um ensino aprendizagem que mais se aproxima da realidade campesina. Não há nada mais apropriado do que justificar a matemática ensinada com uma prática associada ao universo da pessoa do campo. A cada sorriso colhido em meio aos números sinto a influência da aprendizagem significativa na apreensão do conhecimento matemático, essa experiência, enquanto professor, não apresenta nada de rudimentar, do ponto de vista acadêmico, fornece sim, uma possibilidade de transformar um currículo paralisado em um pulsante pensamento matemático dentro e fora da sala de aula. Esse aspecto obviamente poderá incitar boas construções de projetos, pela juventude, dentro da comunidade. Enfim, é bem possível que a possibilidade de permanecer no sítio não seja mais remota, poderá também haver uma motivação para que não recusem sua identidade campesina e que finalmente o sítio possa se transformar num patrimônio produtivo proporcionando uma boa situação financeira e qualidade de vida.

5.2 A MATEMÁTICA CONTEXTUALIZADA NO “TERREIRO” DA ESCOLA

Neste subitem a inspiração no aporte teórico de Ubiratan D'Ambrosio nos guiará pela teia de etnomatemática urdida no “terreiro” da escola. Antes, porém há algumas abordagens introdutórias para explicar o amparo das disciplinas ensinadas que favorecem esse intercâmbio entre o ensino teórico e prático; entre as metodologias didático/pedagógicas dentro de classe e as tarefas realizadas fora das salas de aula, na terra a ser cultivada ou em plena produção.

Neste trecho da dissertação tem uma amostra de como pesquisar etnomatemática no “terreiro” da escola municipal investigada é um mergulho numa gama de possibilidades que enche os olhos. Será usado como exemplo algumas ações extraclasse que fazem parte do rol de atividades escolares do cotidiano do corpo discente. Para esse feito, de início será usado como base a disciplina T.V.T. (Terra, Vida e Trabalho) e no comando das ações, que tem como base o trato com a terra, está um excelente professor com formação em Biologia que tem uma abertura para tramitar os projetos educacionais numa perspectiva interdisciplinar. Um dado importante para ser agregado ao desenvolvimento desse estudo é a procedência do professor em questão, ele é nascido e criado na região onde está instalada a escola e tem a nítida intimidade com a comunidade rural local, sabe de todos os pormenores a respeito da convivência de todos, bem como dos hábitos de produção e as possibilidades contributivas da gestão municipal de Selvíria (Mato Grosso do Sul – MS), constitui-se em um importante elo entre a escola e as demais instâncias da qual a escola depende para ter um funcionamento satisfatório.

A Educação Básica do Campo praticada na escola atende as seguintes etapas de escolarização: Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio. Dentre os seus objetivos está a universalização do acesso, erradicação do analfabetismo, formação integral dos alunos e alunas do campo a partir de um paradigma que visa por meio de conhecimentos historicamente acumulados articular o ensino com a produção e a preservação do meio ambiente destinados a todos os moradores dos assentamentos e fazendas do entorno. Essa definição de oferta de ensino nas escolas das áreas rurais ou urbanas, desde que atenda predominantemente as populações do campo, é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Decreto nº 7.352 de 4/11/2010.

Na perspectiva de observar as ações de etnomatemática no contexto escolar é preciso salientar que para a escola, mais que se abrir para seus sujeitos é necessário ela se abrir para si mesma subordinada ao tempo e espaço dentro da grade curricular direcionada para a vida campesina em concordância com a terra, com o trabalho com a terra, com a história, com o cotidiano e seus respectivos saberes empíricos. Desta forma detém-se a possibilidade de trabalhar o coletivo para estabelecer o processo de humanização. Se algum dia alguma ação curricular foi imposta, agora ela será construída pelos seus sujeitos campesinos que na interação social sem estruturas de poder e sem exclusões a transformarão em currículo vivo e pulsante e se houver autoridade que esta seja compartilhada (RAMSON, 2011).

Dentro da proposta vale salientar que a importância da “afinação” entre o ensino, os atores da escola e a comunidade está no ato de todos lutarem pelo mesmo ideal educativo dentro dos aspectos dinâmicos pelos quais perpassa o cotidiano campesino. Os docentes munidos de suas experiências pessoais podem apresentar um campo vivo onde está acontecendo um revolucionário movimento educativo. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011)

Há uma legitimação que se constitui em um importante instrumento para exercer pressão e estabelecer negociação junto aos poderes públicos, ela está na Constituição Estadual para a Educação do Campo, e foi recentemente aprovada no Estado de Mato Grosso do Sul por meio da RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011, priorizando a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino. Dentre as especificidades tratadas nessa Resolução, uma merece destaque especial:

Art. 4º As escolas do campo terão, na sua Proposta Pedagógica, os eixos temáticos Terra-Vida-Trabalho e os fundamentos das diversas áreas de conhecimento norteadores de toda a organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham enriquecer a formação dos estudantes, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 15).

No cenário atual de extremo receio com as atitudes governamentais, a existência dessa base legal para o Estado do Mato Grosso do Sul favorece a implementação de novos programas educacionais que levem em consideração as especificidades socioeconômicas, o respeito ao meio ambiente, as necessidades de

políticas públicas, o modo de produzir uma cultura própria e a produtividade sustentável que contribui para elevar padrão de vida no campo.

Pelos eixos temáticos desenvolvidos na disciplina Terra, Vida e Trabalho perpassam naturalmente abordagens da etnomatemática e o fato de ter como campo de trabalho um ambiente escolar que se pratica a agricultura familiar com sua simplicidade, vale a pena deixar claro que não se trata de uma pedagogia de improvisos. As ações desencadeadas em sala de aula têm um sistema de desenvolvimento intencionalmente direcionados para o amparo das ações extraclasse, uma reciprocidade de mão dupla transita pela teoria e prática sempre atreladas ao fluxo dinâmico da realidade camponesa.

Igualmente um reconhecimento de uma variedade de estilos de aprendizagem, implícito no apelo ao desenvolvimento de novas metodologias. Essencialmente, essas considerações determinam uma enorme flexibilidade tanto na seleção de conteúdos quanto na metodologia. (D'AMBROSIO, 1996, p. 111)

Nos anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo o professor regente – nas disciplinas de Matemática, Língua portuguesa, ciências, Geografia e História – sempre combina uma ação interdisciplinar na área de plantio e ainda as disciplinas de Inglês, Arte, T.V.T.(Terra, Vida e Trabalho) e Produção Interativa traçam também metodologias com perfil integrador das questões rurais.

Um dos agentes facilitadores que se sobressaiu na escolha da etnomatemática como propulsora de questões de identidade, do êxodo rural e da própria apreensão do conhecimento matemático, reside no fato de que ela mesmo integrada aos etnosaberes das pessoas do campo, não priva os alunos e alunas de conhecimento de mundo e de outras vivências educativas, nesse intercâmbio cultural não se pode abrir mão do sentido de pluralidade considerado pela Educação do Campo.

No entanto, uma aula expositiva pode pulverizar uma série de situações que ampliam os horizontes epistemológicos que cercam alunos e alunas, mas a matemática e o coração pulsante que são os números serão sempre inabalados e constitutivos do ensino por si mesmos.

Ao ensinar Ciências, por exemplo, podemos viajar pela pluralidade cultural e encontrar vários tipos de animais que nos fornecem diferentes elementos de ensino aprendizagem; todavia, a matemática em várias localidades diferentes será sempre matemática, números em qualquer lugar serão sempre números e no caso da

etnomatemática será sempre caracterizada pelos contextos ligados a diversas etnias e culturas, mas a resolução de quaisquer que sejam os problemas e em qualquer localidade serão feitos com números de alguma forma.

Um veterinário, por exemplo, ao se formar no Brasil talvez não domine os pormenores de uma cirurgia em cangurus, equídnas ou ornitorrincos da Austrália ou em Elefantes da Savana Africana, mas um matemático formado no Brasil pode desenvolver cálculos em qualquer parte do mundo.

A etnomatemática traça um maior ganho de espaço dentro do sistema educacional, combina uma maior gama de possibilidades proporcionando uma continuidade perfeita para alicerçar as questões identitárias de um povo. Uma explicação nos põe ao par do que é a etnomatemática explicitada pelo próprio D'Ambrosio.

A abordagem a distintas formas de conhecer é a essência do programa etnomatemática. Na verdade, diferentemente do que sugere o nome, a etnomatemática não é apenas o estudo de "matemáticas das diversas etnias". Para compor a palavra etnomatemática utilizei as raízes tica, matema e etno para significar que há várias maneiras, técnicas e habilidades (tica) de explicar, de entender de lidar e de conviver (matema) com distintos contextos naturais e socioeconômicos da realidade (etno) (D'AMBROSIO, 1996, p. 111).

Nas dependências da escola pode-se ter orgulho de dizer que a agricultura familiar está arraigada na ideologia e ações do corpo discente, do corpo docente e da comunidade, nesse contexto estarão pontuados alguns campos de atuação da etnomatemática de uma maneira simples e acessível.

A seguir uma lista exposta apresenta alguns dos projetos que valorizam as manifestações culturais das comunidades e das famílias dos alunos e alunas, bem como sua representatividade, seus saberes, suas práticas, suas expressões, seus costumes e qualquer manifestação que venha a surgir no decorrer do dinamismo contemporâneo que também contempla a área rural com essa carga de informação e tecnologia. Esses projetos seguem um formato baseado no Referencial Curricular dos Eixos Temáticos: Terra- Vida-Trabalho das Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino Educação Infantil e ensino Fundamental-Paranaíba/MS-2017.

A ação fundamental está ligada a preocupação constante e presente de estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade, mas sem esquecer de enaltecer o chão que pisam e da identidade do ser que é produto dessa interação com o social e com o meio ambiente.

Saliento as ações desenvolvidas nessa perspectiva são constantemente acompanhadas pela sustentabilidade; ou seja, sempre levando em consideração o uso de elementos presentes na propriedade rural, evitando assim um gasto excessivo visando uma ação mais econômica e compatível com a condição financeira da pessoa do campo, já que se trata de agricultura familiar e não de agronegócio. No final da explanação desses projetos apresento parte dessas ações estampadas em fotos que evidenciam a contextualização no terreiro da escola.

AGROECOLOGIA: O alunado é ensinado a buscar o desenvolvimento agrícola em consonância com a preservação do meio ambiente, se valendo de ações pautadas pela Agroecologia, que é uma disciplina científica relativamente moderna e que compete com a agricultura tradicional utilizando o princípio básico da sustentabilidade em suas diversas facetas. Salientando que o tradicional não é banido desse contexto, muito pelo contrário, todas as ações trazidas pelos mais experientes são incorporadas ao processo e poucas ações tradicionais são excluídas, salvo as que comprovadamente ferem a ideologia da Agroecologia ou que possam gerar prejuízo material ou humano, a ideia é agregar valores ao modo de agricultar tradicional. Um bom exemplo dessa parceria está presente em uma das ações que consiste em um trabalho escolar de pesquisa que visa encontrar uma receita de calda, com todas as medidas e dosagens, usada para combater insetos nocivos a produção, onde os alunos consultam seus pais parentes e vizinhos sobre essa prática, coletam os dados e compartilham coma sala. Dentre as ações que utiliza a matemática estão: cálculo e sistematização da dosagem, se utilizando das unidades de medidas de volume, massa, peso, comprimento, área, capacidade, tempo, para a fabricação de caldas naturais e orgânicas (utilizadas como adubo foliar, inseticida natural e repelente), na construção da compostagem, etc. Todos os anos o alunado acompanha, da maneira como seus pais acompanha o trato com a terra no sítio, a aragem da roça da escola, os trabalhos para combater assoreamentos e erosões, o reflorestamento, etc. Há uma exposição de gastos de tempo e de combustível vinculado ao tamanho da terra tombada e à análise de solo, essa situação os prepara para começar a se interessar pelos negócios referentes a propriedade que um dia irão herdar e pode garantir a permanência no campo, já que estabelecerá vínculos duradouros com os afazeres rurais.

AGROPECUÁRIA: As tarefas ligadas a criação de vacas leiteiras, gado de corte, pequenos animais e derivados são ensinadas com base em cálculos relacionados ao peso do gado, a produção de leite, a aplicação de medicamentos, instalação de piquetes rotacionados, plantas de instalações para pequenos animais (chiqueiros, galinheiros, gaiolas, etc.) irrigação, etc. Os ensinamentos matemáticos nessa etapa habilita ou pelo menos dá início ao entendimento sobre confecção de tabelas para acompanhamento da evolução do rebanho, registros dos nascimentos, quantidade de leite produzido, ganho ou perda de peso, controle de vacinação, número de cabeças de gado por espaço de pastagem ocupado, dosagem de elementos que compõem cada tipo de ração administrada aos animais, produção de ovos, armazenamento de dados sobre a produtividade vegetal, etc.

HORTICULTURA: Uma prática totalmente desenvolvida no terreiro da escola, pois existe um espaço fechado de tela medindo 50 metros quadrados onde ficam as hortaliças mais frágeis e delicadas(alface, tomate, rúcula, couve, etc) esta horta fica dentro de um outro espaço, delimitado apenas por cerca de arame farpado, mais amplo que mede quatro mil metros quadrados onde são cultivadas banana, abóbora, mandioca, melancia, maracujá, etc. Nestes dois locais são desenvolvidas algumas ações de matemática como: manuseio e conferência de tabelas com épocas de plantio, dosagem de adubo orgânico, pesagem da colheita, anotações dos números relativos a colheita(peso, quantidade e tempo de maturação), quantidade de água usada na irrigação, medidas dos canteiros, confecção de gabaritos para espaçamento de plantas, cálculos de plantas por espaço, distanciamento entre plantas, medição e montagem de mangueiras de gotejamento, medição para gotejamento com garrafas pet, medição para gotejamento com micro aspersão, etc. As disciplinas abordadas em sala de aula e as ações da disciplina T.V.T. estão intimamente interligadas, pois os professores regentes(Pedagogos) e o próprio professor do eixo Terra, Vida e trabalho, o Biólogo Lucas Cabeçoni, fazem incursões nas bases teóricas para explicar os ensinamentos ligados ao trato com a terra e além disso os professores regentes estão à disposição para dar suporte e enfatizar sobre qualquer conteúdo teórico que venha apresentar dificuldades significativas.

GASTRONOMIA E HIGIENE: Neste setor as ações são embasadas com o pressuposto de aliar o (TE) tempo- escola com o (TC) tempo- comunidade, pois a

escola ainda não conta com um espaço adequado para desenvolver tais práticas gastronômicas e laboratoriais. Sendo assim, os cálculos matemáticos usados para que se possa fazer uma receita é desenvolvido na teoria e de posse desse conhecimento os alunos são aconselhados a mostrar a receita para os pais e pedir para que os ajude a desenvolver. Esse aproveitamento do tempo- escola em conjunto com o tempo comunidade é observado e avaliado com a coleta dos resultados, coma desenvoltura na interação social do compartilhamento das experiências pelos alunos, essas abordagens geram uma gama de interpretações e informações de desempenho que considera o conhecimento, o currículo oculto e a vivência do alunado campesino. Exemplos de receitas cedidas no espaço escolar para o alunado posteriormente desenvolver na comunidade: pasta para tratar casco de equinos, sabão caseiro, repelentes de insetos, chás medicinais, unguentos homeopáticos, cosméticos caseiros, doces, compotas, conservas, derivados do leite, pratos típicos, bebidas, etc. Toda essa gama de atividades- relatadas acima- com a terra estão explicitas nas fotos a seguir (figuras 4 a 7):

Figura 4 - Alunos e alunas fazendo canteiros sob medida com espaçamento medido entre mudas e estrutura de irrigação calculada



Fonte: Próprio autor.

Figura 5 - Alunos e alunas fazendo triagem da produção, colheita, pesagem e disponibilização para merenda local



Fonte: Próprio autor.

Figura 6 - Alunos e alunas realizando contagem e medição de sementes, de substrato e da bandeja de mudas



Fonte: Próprio autor.

Figura 7 - Alunos e alunas montando gotejamento com reaproveitamento de garrafas pet com medição de espaçamento



Fonte: Próprio autor.

5.3 A PRÁTICA, A TEORIA E OS EIXOS TEMÁTICOS INTENCIONALMENTE PREPARADOS PARA A JUVENTUDE CAMPESINA

A integração das crianças com os projetos relacionados a Terra, Vida e Trabalho (T.V.T.) é de suma importância para sua fixação no campo, várias situações motivadoras são abordadas espontaneamente e conseguem adesão total das crianças envolvidas.

A constatação de que esse é o caminho para trilhar em busca da aceitação pela criança de sua identidade de seu interesse pela propriedade rural vem justamente da desenvoltura das crianças nas tarefas realizadas na horta da escola.

Na perspectiva interdisciplinar procura-se integrar todos acontecimentos com as disciplinas ensinadas em sala de aula, existe um projeto curricular de Educação do Campo a ser seguido que sistematiza e dá um norte para todo o desenvolvimento pedagógico, esse documento é o: Referencial Curricular dos eixos temáticos Terra, Vida e Trabalho das Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino.

EIXO TEMÁTICO: TERRA, VIDA E TRABALHO- ENSINO FUNDAMENTAL I (Baseado no Referencial Curricular dos Eixos Temáticos: Terra- Vida-Trabalho das Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino Educação Infantil e ensino Fundamental-Paranaíba/MS-2017)

Plano Anual.

1º Bimestre-

Conteúdos:

- Alimentos e sua importância; Produção e conservação dos alimentos; Pesagem e medida dos alimentos; A importância nutricional dos alimentos para o desenvolvimento do ser humano; Alimentos saudáveis (orgânicos); Higiene e manipulação dos alimentos.

Competências e habilidades.

- Comparar hábitos alimentares próprios com os colegas; perceber a diversidade cultural a partir do tema: alimentação; reconhecer, comparar, medir e identificar os diferentes tipos de alimentos; identificar hábitos de higiene alimentar, em casa, na casa, na escola e na rua.

2º Bimestre

Conteúdos

- Meio ambiente; Meio ambiente e a importância de sua conservação; Tipos de conservação do solo (erosão, assoreamento, mata ciliar e reflorestamento).

Competências e habilidades

- Reconhecer/conhecer o espaço onde vive; relacionar a limpeza do ambiente com a relação da saúde; relacionar a limpeza do ambiente com a preservação da saúde; identificar os diferentes componentes do ambiente; demonstrar atitudes em relação a preservação do meio ambiente; investigar a importância da preservação do meio ambiente para os seres vivos.

3º Bimestre

Conteúdo.

- A origem dos alimentos; como se reproduz os alimentos do plantio até a colheita; Horta; Pomar doméstico (orgânico); Lixo (esterqueira/composteira)

Competências e habilidades.

- Reconhecer/conhecer/ter noções da importância de um pomar doméstico no espaço físico familiar; Identificar compostagem como um conjunto de técnicas aplicadas para controlar a decomposição de materiais orgânicos por meio da ação de micro-organismos; Orientar o processo que transforma o resíduo orgânico em composto estabilizado, rico em húmus e nutrientes minerais, com atributos físicos, químicos e biológicos superiores àqueles encontrados nas matérias primas, permitindo que seja utilizado como adubo; Relatar problemas causados pelo lixo; Reconhecer a importância da destinação correta do lixo (repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar).

4º Bimestre

Conteúdos

- Criação de animais de pequeno porte; valores, saberes, práticas e costumes; Manifestações culturais das comunidades locais; Revisão geral dos conteúdos.

Competências e habilidades.

Identificar e orientar criação de animais de pequeno porte e suas vantagens para consumo próprio e para a comercialização; valorizar as manifestações culturais das comunidades e das famílias dos educandos, representações, saberes, práticas, costumes, expressões, etc; Projetos de vida dos educandos.

5.4 AS POSSIBILIDADES DA MATEMÁTICA EM NOVOS PROJETOS

Havendo planejado e implantado todas as ações relatadas acima, o objetivo agora é continuar esse trabalho que rende bons frutos e implantar novos projetos que venham a ser viáveis para o processo formativo pautado na matemática e para posterior exemplo e uso das comunidades rurais. Pouca ajuda poderemos dar no sentido financeiro, mas no sentido operacional e educativo o apoio é imediato, portanto, há de se esperar que as propostas que sejam enviadas para a apreciação da gestão sejam aprovadas o mais rápido possível.

Quase tudo o que se pode abordar a respeito desses projetos já foi testado na minha propriedade ou temos modelos extremamente funcionais que nos foram apresentados, portanto o êxito dessas implantações pode e deve ser alcançado. Nada de bem sucedido, desde um galinheiro até um pão, se pode fazer sem um planejamento, mesmo que o projeto não esteja em funcionamento não pude evitar o dever de apresentá-lo, se há o planejamento e um estudo consciente calculado, porque não expor inteligentemente os possíveis elementos de progresso da agricultura familiar.

Nessas exposições não há pontos fortes ou fracos omitidos e nem há excesso ou falta de ênfase, a ordem é lógica clara e intencionalmente alinhada a ideologia da Educação do Campo e a matemática. As tarefas podem ser realizadas sob medida e com rigor matemático, isto permite credibilidade e que se descreva os projetos em termos das esperanças e sonhos de cada pessoa da área rural, uma vez que esses exemplos possam resultar em uma cópia completa ou específica de projeto a ser instalado em qualquer sítio da localidade, essa exposição por si só pode ser impressionante e persuasiva.

O trabalho de elaborar os elementos dos projetos sob medida delinea uma área na qual a iniciativa, imaginação e desenvoltura do campesino podem operar e crescer, essas capacidades observadas nesse alunado me faz compartilhar essas tarefas na esperança de atingir um número cada vez maior de adeptos, essas capacidades sempre são necessárias em situações difíceis, das quais há muitas na área rural.

Em primeiro lugar me predisponho a compartilhar de um projeto extremamente motivador, não só pelas possibilidades de ganho financeiro, mas de ganho ambiental. Assim como os indígenas, as abelhas sem ferrão são as verdadeiras nativas Brasileiras e a criação comercial dessas abelhas valoriza um importante produto da

biodiversidade, ao mesmo tempo em que oferece uma oportunidade aos pequenos agricultores de trabalharem com um produto de fácil acesso, que certamente desempenhará relevante papel na disseminação da meliponicultura e agregará valores à produção familiar sustentável.

A meliponicultura, como é chamada a criação de abelhas sem ferrão, possui um potencial muito grande de crescimento. No Brasil são registradas cerca de 400 espécies de abelhas sem ferrão. Muitas destas abelhas podem ser criadas e a matemática pode e deve ser inserida nessa atividade, como imprescindível para conseguir uma boa produção. As ações matemáticas entram no rol das características dessa atividade tais como: manejo(gráficos e tabelas para acompanhar os dados da produção), criação(tempo e dados específicos das espécies) tamanhos de caixas(medidas para confeccionar as caixas de produção), dicas de alimentação entre outras.

A Embrapa Amazônia Oriental, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, pretende se empenhar no desenvolvimento de técnicas de manejo para melhorar ainda mais a produtividade das espécies de abelhas nativas e, desta forma, oferecer à sociedade uma alternativa simples, de fácil aceitação pelos agricultores e que muito contribui para a conservação, não somente das abelhas, como também de todas as plantas que dependem dos serviços de polinização prestados por essas abelhas.

Em segundo lugar vem a criação de peixes sendo apresentada como uma alternativa aos tradicionais sistemas de produção de proteína animal, sendo que no Brasil tem sido observada alta taxa de crescimento, de 30 a 40% ao ano, e mostra que a atividade vem se consolidando em nosso país. Entre os peixes de água doce, criados em cativeiro, a tilápia é considerada a espécie mais importante do século XXI, uma vez que é produzida em mais de 100 países, com produção comercial anual estimada em mais de 1.300.000 toneladas. No Brasil, é o peixe mais produzido, devido à sua rusticidade, rápido crescimento e carne de ótima qualidade, com produção anual superior a 100.000 toneladas. Por causa da alta demanda, a grande maioria da produção de tilápias é destinada ao abastecimento do mercado interno do país. No entanto, com o acelerado desenvolvimento dessa atividade, o Brasil poderá se tornar um dos maiores produtores e exportadores de tilápias criadas em cativeiro.

Existem folhetos, livros, manuais, vídeos, *sítes* e muitos exemplos para serem analisados a EMATER e a EMBRAPA que são órgãos governamentais publicam muitas orientações, além de constantemente desenvolverem pesquisas nessa área

que irão servir aos pequenos produtores interessados em iniciar uma atividade de produção que possa gerar lucro e contribuir para a melhoria de vida.

5.5 A INTERFACE ENTRE MATEMÁTICA E QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Podemos pensar que contra a afirmação da identidade da pessoa do campo existe uma mentalidade urbana como maestro de suas atitudes, sendo assim essa pessoa não tem nada de seu para apresentar nas suas interações sociais à qualquer lugar que vá, nada mais motivador do que deixar transitar o conhecimento entre o saber e o fazer intimamente relacionado com a sua prática cotidiana, a etnomatemática tem essa incumbência nobre de fazer essa ligação. Caminha essa ação para instituir para a criança um construto social para chamar de seu, uma cultura para chamar de sua e por que não dizer de uma identidade para chamar de sua.

Dentre os vários questionamentos que levam a preservação de identidades nacionais, muitos se referem ao conceito de conhecimento e as práticas associadas a ele. Talvez o mais importante a destacar seja a concepção de uma dicotomia entre saber e fazer, que prevalece no mundo chamado “civilizado” e que é própria dos paradigmas da ciência moderna, como criada por Descartes, Newton e outros (D’AMBROSIO, 1996, p. 110).

Jamais pensei que deveria ser axiomático que a adoção do meu ponto de vista sobre questões identitárias por parte de quem ler a minha dissertação exigisse que esse leitor também compartilhasse das mesmas ideias, cheguei a esse patamar de entendimento justamente por pensar em identidade como um tesouro individual. Portanto, cada um tem suas próprias ideias, dúvidas, perguntas, objeções e opiniões e quanto mais se conhece esses pormenores dos outros mais se respeita e se identifica como um possuidor de identidade própria, de interesses e ambições. Ninguém acha uma identidade perdida e entrega para o dono, as pessoas do campo podem ser encorajadas a encontrar dentro de si e reforçar a própria identidade. E dentro desse entendimento pessoal a etnomatemática entra como agente facilitador, e no meio acadêmico cheio de conflitos, pressões e temores encontrei motivos específicos para aceitar que tudo isso é possível.

Vamos localizar nesse contexto a pessoa do campo na pós-modernidade e constituída historicamente, ora se falamos em história na contemporaneidade falamos também de uma enxurrada de informações onde tudo e todos estão a mercê dos

resultados das evoluções humanas. É como se as identidades vagassem cheias de lacunas suscetíveis às interferências de qualquer outra manifestação cultural.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p. 13).

Na área rural fala-se muito dos antepassados e de seus feitos de representatividade, de atitudes brutas, rústicas e sistemáticas, tal qual os “memes” das redes sociais, eles seriam tachados de “caboclo raiz”, Mas se aqui estivessem a viver a realidade contemporânea, fatalmente já estariam “contaminados” pelos modos do “caboclo nutella”. É praticamente impossível tais expressões culturais permanecerem intactas mediante a tantas interferências externas. Já não se fazem mais caipiras como antigamente.

Depois de toda essa exposição feita parece que uma conceituação e significância particular define a identidade como atrelada aos eventos da globalização e do capitalismo. Para trazer para nosso bojo de Educação do Campo e definirmos a identidade subjugada pela pós-modernidade precisamos adentrar ao âmago da alteridade e generalizar à nossa maneira de pensar a identidade como sendo um construto sócio interativo da pessoa do campo, disso vem o entendimento que o resgate da identidade campesina não de uma identidade completa e adormecida dentro de cada ser, mas vem da descendência dos elementos externos de que são preenchidas as lacunas existentes, talvez essas pessoas dão mais importância ao modo como pensam que são vistas pelas demais pessoas do que propriamente são vistas por si mesmas.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2002, p. 39).

Ao supor que nós continuamente estivéssemos buscando elementos para completar a nossa identidade, então porque não procurarmos nos completar com coisas próximas de nossas origens ou que pelo menos nos traga ganhos na esfera

humanística. Um dado interessante foi colhido por ocasião da realização de um trabalho de pesquisa no laboratório de informática, foi pedido para as alunas e alunos coletarem vídeos com músicas que gostassem, para depois compartilhar suas reflexões sobre a letra da música e a mensagem que foi passada. Dos cinco grupos compostos por quatro crianças, unanimemente todas as músicas escolhidas foram *funk*, me surpreendeu o fato de nenhuma música fazer parte do contexto rural, mas pensando bem, que diferença isso faria se a identidade estivesse bem estruturada e o campo para esses alunos e alunas fosse decididamente um lugar para onde quisessem e tivessem o prazer de voltar todos os dias? Talvez as identidades pós-modernas sejam tecidas como colcha de retalhos, mas poderíamos pensar em alguma base majoritária como parte integrante e dominante dessa tal identidade, se é que isso possa existir, teríamos então uma identidade com uma porcentagem de originalidade que desse a falsa impressão de totalidade e plenitude.

Esse sincretismo social pelo qual passamos, pode nos preencher a identidade de bem ou mal dependendo do uso que faremos dela. Então dentro do ambiente escolar podemos muito bem fazer uso da matemática para facilitar o fluxo benéfico das questões identitárias, satisfazer as vontades e preencher as lacunas deixadas pelas buscas por melhores condições. Isso me fez lembrar intuitivamente de um ditado comumente lembrado no meio rural que diz o seguinte: “mente vazia é oficina do diabo”. Hall persevera e recorre a outros estudiosos para explicar que existem pessoas que resistem as novas culturas com a intenção de manter intacta a sua identidade original (tradição) e as que negociam com outras culturas, mas não são engolidas por elas, mantêm os principais vínculos de sua origem (tradução).

Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas mesmas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico (HALL, 2002, p. 89)

O conceito de identidade na pós-modernidade é tão dinâmico quanto a própria realidade da pessoa do campo, se isso coloca a prova a identidade da pessoa mais idosa, tamanha será a façanha se a juventude herdeira passar por toda essa onda tecnológica sem se “contaminarem” com a pluralidade das culturas circundantes. Consequentemente a construção dessa identidade no seio da escola pode tomar um

rumo que a distancie das influências externas ou que pelo menos não sofra mudanças significativas a ponto de afastar a pessoa de seu rumo.

5.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, a parte mais orgânica do sistema de ensino aprendizagem também se configura na parte mais repleta de situações motivacionais que podem perfeitamente fazer parte das ações que integram os elementos de resgate identitário e de enfrentamento ao êxodo rural.

Já que a relutância das crianças da escola rural está na não aceitação do lugar onde vivem, é muito justo que desse mesmo lugar saia a redenção para todas as questões de aceitação e reafirmação em relação ao lugar onde vivem e em relação a si mesmos. Existir mediante o trabalho e as atividades rurais é tão importante para a pessoa da área rural que se confunde com a própria subjetividade.

Essas experiências vivenciadas colocam essas crianças mais próximas de suas origens e mais próximas de situações que encenam uma realidade de ganho material, que está entre as coisas que mais preocupam os camponeses. De tanto sofrerem a pressão externa impondo a inferioridade, essas crianças não veem possibilidades de progresso financeiro no sítio.

Essa interação demonstra também um dinamismo que esgota todas as ações e a probabilidade de aumento de situações sistematizadas e intencionalmente direcionadas para essas crianças se torna urgente e necessária, portanto novos projetos estão sendo estudados para que possamos ampliar o rol de possibilidades, quanto maior o número de projetos, maiores são chances de promover uma aproximação e consequente aceitação dessas crianças com a sua própria realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo que entre o pensar procedimentos adequados e potencialmente vantajosos e certificar-se que tudo está caminhando para suplantar possíveis obstáculos, estão as interrupções externas nos soprando nos ouvidos o vento frio das dificuldades que surgem no cotidiano escolar, estas por sua vez interrompem um fluxo benéfico de pensamento, mas fazem parte do tão comentado dinamismo que mapeia as ações do alunado e da comunidade rural a qual pertencem. Tanto o objetivo geral de evidenciar a educação matemática com as minhas experiências quanto os específicos amparados nas questões identitárias, no enfrentamento ao êxodo rural e nas experiências docente foram alcançados e no trato com a elaboração do texto foram delineados como constante participação no traçado contínuo de todo processo.

O modo de enfrentar essa situação não é agir como se nada houvesse acontecido e sim participar das situações avessas ao trânsito legal da matemática e depois reconquistar o controle e continuar o traçado original do projeto em pauta. Todas as ações ligadas ao ambiente escolar são importantes e fazem parte da regra geral de formar um cidadão pleno, portanto a interdisciplinaridade faz o sucesso acontecer.

Na maioria das tarefas apresentadas nesse trabalho esteve presente uma construção da experiência docente relacionadas a todas didática que envolve o numerar, o contar, o calcular, o interagir, o medir, etc. Para o corpo docente, além de comandar as ações supracitadas, coube-lhes a difícil tarefa de influenciar positivamente, persuadir, incentivar, liderar e orientar. Faço desse início do texto conclusivo um lembrete ou fonte de recapitulação, um apanhado para aguçar a metacognição do pesquisador em relação as práticas a serem adotadas ou evitadas.

Do princípio ao fim haverão de supor que não há uma fórmula mágica, uma receita ou manual de instruções para o ensino da matemática, os princípios adotados são essencialmente básicos, mas ao mesmo tempo acentuados e duradouros. A temática está ligada em tentar fazer o melhor para se aproximar do que existe de melhor para se fazer, a convicção fundamental a que se chega é que mudanças mais significativas ainda estão em forma de pedidos, mas as ações realizadas não estão destituídas de imaginação e desenvoltura e a apreciação com que foram abraçadas se endereçam para feitos maiores e mais progressivos.

Particularmente, nesta pesquisa buscou-se compreender como que a implementação de projetos para educação do campo envolvendo matemática poderiam, dentro de uma perspectiva autobiográfica, contemplar questões identitárias e elaborar um aparato de atitudes oposicionistas ao êxodo rural. Para realizar esse feito, buscou-se o campo de possibilidades constituídos pelas tarefas já realizadas e pelos futuros projetos a serem implantados para ensinar ao alunado.

Esse público alvo é constituído por uma juventude que investe tudo nos seus projetos dentro ou fora da escola, mas sempre pensando em mudar de vida e ir embora para a cidade depositando nesses anseios todas as suas chances de ascensão social e enriquecimento. O mais paradoxal disso tudo é que a opinião quanto a qualidade de vida usufruída na área rural é unânime, todos concordam que esse estilo de vida favorece a longevidade, proporciona uma paz mental, um contato com a natureza e uma alimentação saudável.

Percebemos que a cidade tem atrativos que atraem a atenção da juventude campesina e entre a vida na cidade e a vida no campo, não é novidade dizer que a maioria deles preferem a cidade. Pensam que as oportunidades de trabalho e ganho da cidade já estão estabelecidas, enquanto as oportunidades do campo são construídas à duras batalhas. Justamente as culturas que aniquilam a cultura da pessoa do campo são tidas como uma amplitude de novidades, uma válvula de escape para um mundo de valores culturais melhores que os seus em todos os aspectos, assim pensam algumas pessoas. A culpa desse êxodo rural pós-moderno recai sobre a condição socioeconômica familiar e uma vez estando na cidade, a volta para o assentamento é praticamente impossível.

Na contramão desse negativismo rural, os questionamentos, as expectativas e as análises de novas possibilidades, surge a participação da matemática alavancando a representatividade dos jovens carregada de criticidade liderando o enfrentamento contra a falta de infraestrutura, o êxodo rural e o aniquilamento da própria identidade, condições que empurram a juventude para construir seus projetos de vida bem longe da área rural.

Alguns dizem que por terem vivenciado o sofrimento de pais e parentes se sentem desmotivados a continuarem o trabalho que os pais iniciaram e a herança deixada, ao que parece, não os atrai. Como veem a tarefa é árdua, mas não impossível já que observa-se a existência de um apego afetivo e uma associação com o prazer ao se lembrarem de uma vida saudável e da diversão, isso pressupõe

que de alguma forma existe felicidade na propriedade rural e as boas lembranças de um lugar harmonioso e tranquilo podem ser ponto de partida.

Uma observação que em dados momentos nos distancia de alcançar os objetivos propostos fica a cargo dos acontecimentos que se passam no seio familiar onde todos os propósitos e realizações são concebidos. A trajetória da família pode bem ou mal moldar o caminho para a realização dos projetos, as interações sociais e econômicas em grande parte modelam os sonhos e o destino dessa juventude. Observa-se também uma dependência enorme em relação a escola, pois ao que parece essa é a única saída para a liberdade e diversão.

O êxodo rural se assenta num viés sociológico e é um fenômeno complicado e polemizado, quando falo de enfrentamento, não tenho a pretensão de eliminar totalmente o êxodo apenas com o desenrolar deste trabalho, mas não se pode negar que os objetivos traçados fazem parte do avesso a esse patógeno social. Se ficar no campo faz bem, porque ir embora? A exaltação do “ser da roça” pode estar a caminho de superar o “ir para a cidade”, esta relação conflituosa desses dois propósitos está para deixar de ser desencontros, pessoas da cidade buscam a saúde do campo (agora é moda), quem as receberá para ser o cicerone pelas maravilhas da terra? Vale a pena sonhar que na vitrine da natureza dessa terra que se conquistou a duras penas, estará uma pessoa do campo a sorrir com vontade de ficar, “ir para a cidade” só se for para passear e fazer compras.

Por experiência própria e por observar os meus pares, entendo que é bom viver na área rural, mas quando falo de combate ao êxodo rural, não estou falando em confinamento de pessoas no campo. As pessoas que vivem no campo têm direito de ir onde quer que queiram. Entendo que a articulação campo/cidade deve existir como amplo movimento de efervescência inerente ao ser humano que busca espaços que acolhem o coletivo numa troca infinita de sentimentos e mercadorias. Com toda certeza afirmo também que a azáfama do campo não deixa nada a desejar para o burburinho da cidade, para não encontrar o que fazer em um sítio é só se entrar e sair vendido, a vida na roça é pulsante. O tão sonhado sossego do sítio, de que falam tanto na cidade é só um fragmento de sossego e está em grande parte associado a gerência do próprio espaço e do bom aproveitamento dessa autonomia laboral. Eu mesmo já parei a construção deste e outros trabalhos, para socorrer em algumas situações de acidentes e incidentes do meu sítio, tais como: vacas parindo, cercas quebradas, ataques de predadores nas galinhas (muitas vezes à noite), restaurações

após temporais, animais machucados, doença de família, etc. E ainda tem as atividades já programadas do cotidiano, para todo lugar que se olha tem alguma coisa para fazer, em se tratando de trabalho, somos de tudo um pouco. É lógico que esse dinamismo tem de ser administrado com sabedoria, mas em se tratando de animação o campo acaba sendo uma “cidade” que o campesino não vê.

O desvelamento dessa eterna dinamicidade rural pode oferecer o instrumento de apreço que a pessoa do campo tanto precisa para olhar para o seu “mundo” como o melhor lugar para si. Aponto para o fato de que a subjetividade da pessoa do campo está de mãos dadas com as coisas da cidade e no final de semana a pessoa da cidade traz a sua subjetividade para dar as mãos para as coisas do campo, pode existir esse intercâmbio, mas ambas devem ter um refúgio para onde voltar. Assim vivemos e funcionamos: participando sociologicamente da coletividade, mas com os nossos sonhos guardados e desacompanhados dentro da gente, promovendo os encontros com o outro, mas celebrando constantemente o que é só nosso. Diferentes pontos de vista está perfeitamente enquadrado na diversidade, não podemos adoecer de ficar parados, mas também não podemos sofrer do mal de correr ao lado do abismo. Um dia tudo isso aqui foi mato, todas as pessoas da terra num passado distante já foram todos da roça. Para as pessoas do campo eu digo: “Está na hora de voltar pra casa.”

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Wiesengrund. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores).

ALVES, Luiz Gilberto (org). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaços. Campinas: Autores Associados, 2009.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. **Escola para o trabalho, escola para a vida**: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia – UNESB, Salvador, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagma (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BALEEIRO, Aliomar. **1891**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. (Constituições Brasileiras, 2).

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **1946**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. (Constituições Brasileiras, 5).

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência **.Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. 2002.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do campo**: marcos normativos. Brasília, DF: Secadi, 2012.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1934.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1937**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1937.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1946**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1946.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1967**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.352/2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o programa nacional de educação e reforma agrária- PRONERA. Brasília, DF: MEC/MDA, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 5.692 de dezembro de 1971**. Brasília, DF, 1971.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão; BRITO, Luiz Navarro de; BALEEIRO, Aliomar. **1967**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. (Constituições Brasileiras Volume, 6).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FONSECA, Maria Tereza Lousa. **A Extensão Rural no Brasil: um projeto Educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado**. São Paulo: Unicamp, 2003.

GERDES, Paulus. **Sobre o conceito de Etnomatemática**. [S. l.]: ISP/KMU, 1989. (Estudos em Etnomatemática)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Docência em Formação).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I, tomo 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MAZZETTO, Carlos Eduardo da Silva. Do desenvolvimento insustentável à sustentabilidade do desenvolvimento: ou simplesmente bem viver? *In*: BEGNAMI, João Batista; BURGHGRAVE, Thierry de. **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona, GO: UNEFAB, 2013. p. 83-94.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Revista em Aberto**, Brasília, DF, v. 24, n. 85, p.17-31, abr. 2011.

MONTEIRO, Ana Clédina R. **A Formação de Professores e a Diversidade Cultural nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Ana Clédina Rodrigues; GONÇALVES, HarrysonJunio Lessa; PERALTA, Deise Aparecida. Diversidade cultural na escola: diálogos necessários. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2.; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12., 2011, Águas de Lindóia. **Anais [...]** São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 2201-2212
Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/141541>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **MS/RESOLUÇÃO/SED nº 2.501 de 20 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2011.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 105 p. (Constituições Brasileiras, 1).

PARANÍBA. Prefeitura Municipal. Educação do Campo. **Referencial curricular dos eixos temáticos**: terra-vida-trabalho das escolas do campo da rede municipal de ensino educação infantil e ensino fundamental. Paranaíba, 2017.

PISTRAK, Moisey M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLETTI, Ronaldo. **1934**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 162 p. (Constituições Brasileiras, 3).

PORTO, Walter Costa. **1937**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 120 p. (Constituições Brasileiras, 4).

TÁCITO, Caio. **1988**. 3. ed. Brasília, DF: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 192 p. (Constituições Brasileiras, 7).

RAMSON, Suami Soares. **Mudar é difícil, mas é possível**. [S. l.], 2011. Este texto sintetiza o trabalho de pesquisa “Um novo Olhar Ressignificado sobre a Educação do Campo”.

RICCI, Rudá. Vinte anos de reformas educacionais. **Revista Ibero americana**, [s. l.], n. 31, p. 91-120, abr. 2003.

SEBASTIANI FERREIRA, Eduardo. Por uma teoria de Etnomatemática. **Bolema**, Rio Claro, v. 6, n. 7, p. 1-6, 1991.

SELVÍRIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Rural São Joaquim- Polo e Extensões. **Projeto Político Pedagógico**. Selvíria, 2012.

SOUZA, Francilane Eulália. FERNANDES, Bernardo Mançano. O papel da geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município da Cidade de Goiás. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais** [...] Montevideu, 2009.

SOUZA, Elizeu Clementino de.; SANTOS, Fábio Josué Souza. Educação rural e multisseriação: rompendo silêncios e indicando horizontes. *In*: SILVA, M. A; CUNHA, C. (org) **Educação básica: políticas avanços e pendências**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 316-345.